



Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Biblioteconomia e Sociedade

Semestre

1

Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Biblioteconomia e Sociedade

Semestre

1

Brasília, DF



Rio de Janeiro

Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Presidência da República

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES)

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

Departamento de Biblioteconomia

Leitor

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Comissão Técnica

Célia Regina Simonetti Barbalho

Helen Beatriz Frota Rozados

Henriette Ferreira Gomes

Marta Lúcia Pomim Valentim

Comissão de Gerenciamento

Mariza Russo (*in memoriam*)

Ana Maria Ferreira de Carvalho

Maria José Veloso da Costa Santos

Nadir Ferreira Alves

Nysia Oliveira de Sá

Equipe de apoio

Eliana Taborda Garcia Santos

José Antonio Gameiro Salles

Maria Cristina Paiva

Miriam Ferreira Freire Dias

Rômulo Magnus de Melo

Solange de Souza Alves da Silva

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Desenvolvimento instrucional

Marcelo Lustosa

Diagramação

André Guimarães de Souza

Revisão da língua portuguesa

Cristina Freixinho

Projeto gráfico e capa

André Guimarães de Souza

Patrícia Seabra

Normalização

Dox Gestão da Informação

J95b Almeida Júnior, Oswaldo Francisco.
Biblioteconomia e sociedade / Oswaldo Francisco de Almeida Júnior ; [leitor]
Jonathas Luiz Carvalho Silva. – Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ :
Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.
100 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-85229-51-1 (brochura)
ISBN 978-85-85229-50-4 (e-book)

1. Biblioteconomia. 2. Biblioteconomia social. I. Silva, Jonathas Luiz
Carvalho. II. Título.

CDD 021.2
CDU 02:304.2

Caro Leitor,

A licença CC-BY-NC-AS, adotada pela UAB para os materiais didáticos do Projeto BibEaD, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir destes materiais para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. No interesse da excelência dos materiais didáticos que compõe o Curso Nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância, foram empreendidos esforços de dezenas de autores de todas as regiões do Brasil, além de outros profissionais especialistas, no sentido de minimizar inconsistências e possíveis incorreções. Neste sentido asseguramos que serão bem recebidas sugestões de ajustes, de correções e de atualizações, caso seja identificada a necessidade destas pelos usuários do material hora apresentado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quando uma vida começa, de fato, a existir? A resposta a essa indagação vai variar de acordo com as convicções mais profundas de cada um.	15
Figura 2 – Nossa memória é algo complexo que não se abre simplesmente quando queremos e a qualquer momento.	20
Figura 3 – A leitura é um grande labirinto, quem nela entra sempre se perde.	29
Figura 4 – Uma ideia do que pode ter sido a antiga Biblioteca de Alexandria.	35
Figura 5 – Prensa de tipos móveis de 1811 em exposição em Munique, Alemanha.	39
Figura 6 – O cordel mescla texto e oralidade.	44
Figura 7 – Só esta pode ser considerada a “verdadeira” música? ..	53
Figura 8 – Cristo Redentor: patrimônio local e mundial.	73
Figura 9 – As festas juninas são muito populares e, em alguns lugares, as mais importantes festas do ano.	75
Figura 10 – O Programa Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo é um dos exemplos de Política que, na sua criação	94

SUMÁRIO

1	UNIDADE 1: IDEIAS GERAIS	9
1.1	OBJETIVO GERAL.....	9
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.3	INTRODUÇÃO	11
1.4	SUBDIVISÕES.....	12
1.4.1	Atividade	20
1.4.2	Atividade	20
1.5	RESUMO.....	21
2	UNIDADE 2: HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO, DAS BIBLIOTECAS DA BIBLIOTECONOMIA	23
2.1	OBJETIVO GERAL.....	23
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
2.3	INTRODUÇÃO	25
2.4	A LEITURA E A ESCRITA.....	27
2.5	MARCOS HISTÓRICOS	31
2.5.1	Níve	32
2.5.2	Alexandria	33
2.5.3	Idade Média	35
2.5.4	Gutenberg	36
2.5.5	Informação	38
2.6	PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO SOCIAL DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO	40
2.6.1	Atividade	43
2.6.2	Atividade	43
2.7	RESUMO.....	44
3	UNIDADE 3: CULTURA E SOCIEDADE	45
3.1	OBJETIVO GERAL.....	45
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	45
3.3	INTRODUÇÃO	47
3.4	CULTURA – CONCEITOS.....	48
3.4.1	Atividade	49
3.5	CULTURA – CONCEITO ANTROPOLÓGICO	52
3.6	CULTURA E BIBLIOTECONOMIA	56
3.6.1	Atividade	59
3.6.2	Atividade	59
3.7	RESUMO.....	60
4	UNIDADE 4: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	61
4.1	OBJETIVO GERAL.....	61
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	61

4.3	INTRODUÇÃO	63
4.4	MEMÓRIA	65
4.5	PATRIMÔNIO.....	70
4.5.1	Atividade	78
4.5.2	Atividade	78
4.6	RESUMO	79
5	UNIDADE 5: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	81
5.1	OBJETIVO GERAL.....	81
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	81
5.3	INTRODUÇÃO	83
5.4	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	85
5.4.1	Atividade	92
5.4.2	Atividade	93
5.5	RESUMO	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	95
	SUGESTÃO DE LEITURA	99

UNIDADE 1

IDEIAS GERAIS

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a disciplina dentro do contexto da totalidade da matriz curricular e dos segmentos sob os quais está ela estruturada.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- a) construir uma ideia abrangente da disciplina que irá cursar;
 - b) descrever como se dá a relação desta disciplina com as demais disciplinas do curso;
 - c) caracterizar a interação dos segmentos nos quais a disciplina está dividida.
-

1.3 INTRODUÇÃO

A proposta desta disciplina é apresentar a relação existente entre a área da Biblioteconomia e a profissão que você está se propondo a abraçar e a sociedade. Nenhuma área ou profissão é isolada do que acontece no mundo. Ao contrário, nós, profissionais, somos protagonistas, ou seja, exercemos influência sobre o mundo na medida em que temos ações efetivas e transformamos, via trabalho, a realidade que nos cerca. Claro que também somos influenciados por outros protagonistas de outras áreas. Essa relação nunca tem fim. O mesmo acontece em nossas vidas: nós influenciemos as pessoas com nossas palavras e, em especial, com nossos exemplos. Nossos filhos, pais, parentes, amigos, colegas de trabalho e de escola, vizinhos, todos, em alguma medida, são influenciados por nós e nos influenciam. Reparamos nos outros, em suas atitudes, em seus comportamentos, em suas ideias, concepções. Muitas delas nós seguimos, assumimos, pois disseram algo que se enquadrou em nossas verdades. Outras, com as quais não concordamos, nós descartamos, nós as entendemos como inapropriadas, como não verdades.

Muitos professores deixaram marcas em nossas vidas, contribuíram para nossa formação. Tanto profissional quanto individual. Nós nos construímos a partir das relações que tivemos no decorrer da vida. Da mesma forma que recebemos influências, também influenciemos. Essa é a nossa história e será assim para sempre. Somos frutos dessa história, não só a que está próxima a nós, mas da própria história do homem. Somos produto do diálogo do homem com outros homens, com a natureza, com a cultura – isto é, da interferência do homem na natureza, modificando-a.

O diálogo do homem gera conhecimentos que são transmitidos para outros homens. Esses outros homens se apropriam desses conhecimentos quando se relacionam com o mundo, com as outras pessoas. Todos nós estamos sempre discutindo com o mundo, colocando em dúvida o que está sendo veiculado, disseminado. Infelizmente, nós discutimos e colocamos em xeque uma parte do que é transmitido, uma parte das informações que são veiculadas. Outras, ao contrário, por uma série de fatores, são apropriadas sem muita ou qualquer reflexão.



Explicativo

[...] Para essa filosofia, o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica entre eu-tu. O 'tu' é condição de existência do 'eu', pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um 'eu' e um 'tu'. O 'eu' não existe individualmente, senão como abertura para o outro. Origina-se aí a constituição do par fundador – eu-outro.

Para Bakhtin, o fundamento de toda a linguagem é o dialogismo, essa relação com o outro. *A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo* (BAKHTIN, 1961, p. 293). Tudo o que me diz respeito vem-me do mundo exterior por

meio da palavra do outro. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo. Nessa rede dialógica que é o discurso, instituem-se sentidos que não são originários do momento da enunciação, mas que fazem parte de um *continuum*. *Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais ele é o primeiro a nomear* (BAKHTIN, 1979, p. 319). Dito de outra maneira, o indivíduo não é a origem de seu dizer.

Dessa forma, é necessário pensar sempre no homem em relação aos (e com) outros homens e afirmar que o indivíduo é social e somente constitui-se verdadeiramente humano na relação viva, ou seja, cotidiana e social, com os outros seres humanos [...] (PIRES, 1999, p. 39).¹

O fato de não conseguirmos refletir sobre toda informação que nos circunda demonstra que não temos poder sobre todas essas informações. Elas existem ao nosso redor e se concretizam quando apropriadas. No entanto, como não temos poder sobre todas elas, muitas nos “invadem” e interferem em nosso conhecimento. Vamos nos aprofundar um pouco mais sobre isso em outro segmento da disciplina. Mas vale ressaltar que nosso conhecimento não é apenas gerado por nós mesmos, em nós mesmos; o nosso conhecimento se constitui na relação com o mundo, com os outros, com a natureza.

1.4 SUBDIVISÕES

O primeiro grande segmento da disciplina *História social do conhecimento, das bibliotecas e da Biblioteconomia* procura lidar com a história do conhecimento não apenas a partir de dados fatuais, mas com seus aspectos sociais, sua relação com a sociedade. O mesmo se dá quanto à história das bibliotecas e da Biblioteconomia.

É possível começar a contar uma história, se for um ser humano, a partir de seu nascimento. Mas seria esse o marco inicial da vida desse ser humano? Quando uma vida começa, de fato, a existir? No momento da fecundação; no terceiro mês do feto ou no exato instante do parto? Esse ser humano não traz características genéticas de pais, avós e outros antecedentes? Vamos considerar então que a vida desse ser humano é anterior à fecundação? Datas, fatos, marcos, coisas assim são importantes para estudo, embora devamos ter em conta que eles são aleatórios, dependentes de quem conta a história. Posso achar que um acontecimento é mais importante que outros na história de alguém ou de algum fato. Determino essa importância a partir das minhas verdades. Mais importan-

¹ PIRES, V. L. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon**: revista do Instituto de Letras da UFRGS, [Rio Grande do Sul], v. 16, n. 32-33, p. 39, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29782/18403>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

te que os fatos é a relação deles com os acontecimentos do momento, do mundo, das pessoas, da natureza. Cada pessoa conta a história a partir de suas perspectivas, de seus olhares, de suas convicções.

Figura 1 – Quando uma vida começa, de fato, a existir? A resposta a essa indagação vai variar de acordo com as convicções mais profundas de cada um.



Fonte: Wikimedia Commons²

Uma pessoa religiosa – sendo este um exemplo bastante genérico – entenderá a história do mundo a partir da teoria criacionista; outra pessoa não religiosa, por sua vez, explicará a história do mundo do ponto de vista evolucionista. Claro que as coisas não são exatamente assim, ou seja, há religiosos que acreditam e defendem a teoria evolucionista. Assim, a religião não define, necessariamente, o pensar das pessoas, ela é mais um dos elementos que nos levam a tomar decisões em relação aos nossos pensamentos, nossas ideias e convicções.



Explicativo

Criacionismo

A questão sobre as **origens do homem** remete a um amplo debate, no qual **filosofia, religião e ciência** entram em cena para construir diferentes concepções sobre a existência da vida humana e,

² WIKIMEDIA. Ed Uthman. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Human_embryos#/media/File:9-Week_Human_Embryo_from_Ectopic_Pregnancy.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

implicitamente, porque somos o único espécime dotado de características que nos diferenciam do restante dos animais.

Desde as primeiras manifestações mítico-religiosas o homem busca resposta para essa questão. Nesse âmbito, a **Teoria Criacionista** é a que tem maior aceitação. Ao mesmo tempo, ao contrário do que muitos pensam, as diferentes religiões do mundo elaboraram uma versão própria da teoria criacionista. (SOUSA, R. G., 2016).³

Criacionismo no cristianismo

O **cristianismo** adota a **bíblia** como fonte explicativa sobre a criação do homem. Segundo a narrativa bíblica, o homem foi concebido depois que Deus criou céus e Terra. Também feito a partir do barro, o homem teria ganhado vida quando *Deus* assoprou o fôlego da vida em suas narinas. Outras religiões contemporâneas e antigas formulam outras explicações, e algumas chegam a ter pontos de explicação bastante semelhantes. (SOUSA, R. G., 2016).⁴



Explicativo

Teoria da Evolução

A Teoria da Evolução é fruto de pesquisas, ainda em desenvolvimento, iniciadas pelo legado deixado pelo cientista inglês Charles Robert Darwin e pelo naturalista britânico Alfred Russel Wallace.

Em suas pesquisas, ocorridas no século XIX, *Darwin* procurou estabelecer um estudo comparativo entre espécies aparentadas que viviam em diferentes regiões. Além disso, ele percebeu a existência de semelhanças entre os animais vivos e em extinção. A partir daí, concluiu que as características biológicas dos seres vivos passam por um processo dinâmico em que fatores de ordem natural seriam responsáveis por modificar os organismos vivos. Ao mesmo tempo, ele levantou a ideia de que os organismos vivos estão em constante concorrência e, a partir dela, somente os seres melhores preparados às condições ambientais impostas poderiam sobreviver.

[...] Contando com tais premissas, esta teoria afirma que o homem e o macaco possuem uma mesma ascendência, a partir da qual estas e outras espécies se desenvolveram ao longo do tempo. Contudo, isso não quer dizer, conforme muitos afirmam, que Darwin supôs que o homem é um descendente do macaco. Em sua obra, *A Origem das Espécies*, ele

³ SOUSA, R. G. Criacionismo. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/criacionismo.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

⁴ SOUSA, R. G. Criacionismo. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/criacionismo.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

sugere que o homem e o macaco, em razão de suas semelhanças biológicas, teriam um mesmo ascendente em comum.

A partir dessas afirmações e dispondo de outras áreas da ciência, como a Genética e a Biologia Molecular, vários membros da comunidade científica, ao longo dos anos, se lançaram ao desafio de compreender o processo de variação e adaptação de populações ao longo do tempo, e o surgimento de novas espécies a partir de outra preexistente.

Quanto a uma das espécies estudadas, *Homo sapiens sapiens*, surgida há aproximadamente 120 mil anos, sabe-se que esta tem parentesco com os antigos hominídeos. Este grupo, que surgiu há mais de quatro milhões de anos, contempla, além de nós, o *Homo habilis* (2,4 - 1,5 milhões de anos) o *Homo erectus* (1,8 - 300 mil anos), o *Homo sapiens neanderthalensis*, com cerca de 230 a 30 mil anos de existência, e vários outros. Uma constatação interessante é a de que hominídeos de espécies diferentes já coexistiram em um mesmo período.

No dia a dia, costumamos nos referir à expressão 'teoria' como sendo algo superficial, simplório, uma especulação. Entretanto, nas investigações científicas, o termo se refere a uma hipótese confirmada por inúmeras experimentações, com alto grau de precisão, durante muito tempo. Assim, estas são dignas de bastante credibilidade. A Teoria da Evolução, assim como a Teoria da Gravitação Universal, são alguns exemplos. (SOUSA, R. G.; ARAGUAIA, M., 2016).⁵

Estou afirmando aqui que as explicações que damos ao mundo estão totalmente envolvidas com nossas concepções, nossas certezas, nossas verdades. Não nos dissociamos do que pensamos, de como entendemos o mundo.

Disse acima que a tendência é que uma pessoa religiosa entenderá a história do mundo a partir da teoria criacionista. No entanto, essa é uma tendência que não pode ser generalizada. Há pouco tempo, o *Papa Francisco* afirmou que a Teoria Evolucionista não traz contradição para a fé católica.



Multimídia

Veja como o *Papa Francisco* se posiciona sobre o tema nos seguintes vídeos:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Qvei2HxNL2A>>.

(Papa Francisco acredita na Teoria da Evolução)

<<https://www.youtube.com/watch?v=VQ6lnYcJXD0>>.

(Papa Francisco diz que teorias da evolução e do Big Bang não contradizem o cristianismo)

⁵ SOUSA, R. G.; ARAGUAIA, M. **Teoria da evolução**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/evolucionismo.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Veja também o que diz o Papa, em 28 de outubro de 2014: a “evolução da natureza não é incompatível com a noção de criação, pois exige a criação de seres que evoluem.”⁶

O segundo grande segmento de nossa disciplina é “produção e circulação social dos registros do conhecimento.”

O conhecimento é criado e produzido individualmente, mas sempre na relação com o mundo e com os outros. Explicando melhor: cada ser humano constrói seu conhecimento, mas só consegue fazê-lo a partir de relações com o mundo, ou seja, defendo aqui que não é possível construir conhecimento isoladamente, solitariamente. Temos um pensamento caótico que se estrutura quando estamos em contato com o exterior, quer conversando com outros (incluindo autores de livros, textos, filmes, teatros, obras de arte, etc.), quer escrevendo, quer ouvindo palestras ou sob qualquer forma em que se veicule oralmente um determinado conhecimento. É assim que organizamos nosso pensamento e nosso conhecimento.

Além disso, temos uma necessidade quase visceral de disseminar o que aprendemos, o que pensamos, o que refletimos. Mas essa veiculação pode se dar – incluindo o seu recebimento – de maneira momentânea, efêmera (quando falamos com uma pessoa, tocamos uma música, assistimos a uma palestra, vemos um filme, participamos de uma aula, de um evento, etc.), ou pode se dar de maneira mais permanente (quando registramos nossa conversa em uma gravação, pintamos um quadro, gravamos um CD, escrevemos um livro, etc.).

As duas maneiras de disseminação são de interesse da Biblioteconomia, mas a segunda, por permitir que o conhecimento registrado possa ser recuperado, tende a obter uma maior preocupação dos profissionais que atuam na área e dos pesquisadores e estudiosos que se interessam por ela.

As disseminações efêmeras acabam por se concretizar em um momento específico e se perderem. As pessoas que estavam no instante em que ocorreu a disseminação puderam se apropriar do seu conteúdo, mas apenas elas. Já as disseminações mais permanentes, registradas em suportes, têm um alcance muito maior. Qualquer pessoa que se relacione com o conteúdo dos suportes poderá se apropriar dele.

Além disso, o conhecimento registrado permanecerá ou poderá permanecer por muito tempo como uma possibilidade a ser disseminada e veiculada.

Por exemplo, muitos dos livros escritos na Idade Média sobreviveram a guerras ou mesmo desastres naturais e, por esse motivo, temos acesso ao conhecimento daquela época. *Fernando Báez* traz inúmeros exemplos desses acontecimentos em seu livro *História universal da destruição dos livros*. Ele afirma que a destruição dos livros começa na Suméria e acompanha toda a história do homem. Conta ele sobre a destruição da biblioteca de Assurbanipal (para se ter uma ideia, os arqueólogos conseguiram resgatar 20.720 tabuletas e milhares de fragmentos de outras). Na Grécia, afirma o autor que “segundo as estimativas mais otimistas, 75% de toda a literatura, filosofia e ciência grega se perdeu” (2006, p. 49). Infelizmente, são vários os casos sobre a destruição dos livros no decorrer da história.

⁶ Disponível em: <<http://www.catholicismoromano.com.br/content/view/5062/37/>>.

A preocupação da disciplina passa pela discussão da relação entre os suportes e as alterações que sofreram e sofrem quando relacionados às mudanças e transformações da sociedade.

Todos os grandes segmentos da multimídia influenciam e interferem naqueles que, de alguma maneira, se relacionam com eles. O livro, por exemplo, pode alterar o conhecimento da pessoa, criando conflitos que precisam de uma reorganização para fazer frente à “perda de chão”. Uma leitura pode levar as pessoas a se questionarem e isso exige a procura por novas concepções, novos entendimentos sobre o tema básico tratado no texto.

Essa “deixa” nos leva ao terceiro segmento da disciplina: “cultura e sociedade”.

Há temas, dentro do espectro de temas existentes no conhecimento humano, que são de difícil abordagem. Normalmente, isso ocorre quando os pesquisadores e estudiosos não chegam a um consenso sobre seus conceitos. Isso pode parecer, em um primeiro momento, algo ruim. Espera-se que todos partam de uma mesma concepção sobre um assunto quando o estudam. No entanto, concepções diferenciadas levam a debates, discussões, embates, reflexões, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma determinada área. Se todos pensassem da mesma maneira, provavelmente os conceitos não seriam questionados com a mesma dinâmica que o são quando diferentes e, até mesmo, antagônicos.

O conflito não é ruim, neste caso; ele leva uma área a questionar aquilo que dizem estar consolidado, sedimentado. Isso, claro, leva à procura de novas formas de abordar, entender e explicar um fenômeno, uma situação, uma realidade, etc.

Cultura é um desses temas. Como veremos, a cultura possui inúmeras formas de ser entendida. Ela é, a exemplo da informação, “polissêmica”. Discutiremos melhor sobre essa palavra, mas basta, agora, dizer que ela exprime “algo que possui vários significados”. Exatamente isto ocorre com o termo *cultura*: ele possui vários significados.

Poderia dizer para vocês o que eu entendo por cultura, mas isso implicaria apresentar apenas um de seus inúmeros significados.

Na área da Biblioteconomia, não temos um significado específico e único para o termo “cultura”, a exemplo do que ocorre em outras áreas. O significado dessa palavra dependerá das concepções do pesquisador, estudioso, interessado ou profissional que a estiver utilizando. Mais: dependerá também da época em que qualquer uma daquelas pessoas estiver vivendo.

O quarto grande segmento da disciplina é “memória e patrimônio”.

A história de um povo se constrói a partir de seu passado. Somos produto de lutas, embates, busca por poder, domínio, etc. De alguma forma tudo isso precisa ser preservado, mantido e, quando necessário, resgatado.

Infelizmente, pelo fato da história ser produto dessas lutas por poder, o domínio de um grupo sobre outro também se deu – e se dá ainda – pela destruição de seu passado. Essa é uma forma de concretizar a supremacia militar, por exemplo, daquele que venceu uma guerra.

A memória de tudo o que alguém vivenciou ou que um povo, uma raça, uma nação vivenciaram deve ser mantida, preservada, disseminada. Claro que a memória convive com o esquecimento, pois, se não fosse assim, viveríamos constantemente sofrimentos (relembrar momentos felizes é sempre bom e gostoso, mas recordar situações de dor, sofrimento, perda, ao contrário, nos traz tristeza, infelicidade).

Figura 2 – Nossa memória é algo complexo que não se abre simplesmente quando queremos e a qualquer momento. Ela faz exigências e depende da nossa relação com o mundo.



Fonte: Free Images.⁷

Em relação ao patrimônio, é claro que uma disciplina dentro de um curso de Biblioteconomia não tem uma preocupação direta com a questão do patrimônio arquitetônico, com a construção de edifícios; o interesse está voltado para o patrimônio cultural, o patrimônio de conhecimentos, o patrimônio intangível, o patrimônio imaterial. Isso nos leva a uma relação próxima com a cultura e com a memória. Incluímos nesta ideia as manifestações populares, o folclore, as tradições de um povo que se traduzem em músicas, histórias, contos, “causos”, cordel (no caso do Brasil), etc.

As bibliotecas buscam preservar o conhecimento humano, e este se constitui em um patrimônio imaterial, em um patrimônio cultural de uma determinada civilização e/ou da humanidade como um todo.

Não apenas o conhecimento impalpável deve constituir o patrimônio de um povo, mas também as construções, o artesanato, o tipo de casa de determinadas regiões, os artefatos de trabalho, pesca, caça, mobiliários, etc.

Todos esses itens representam e traduzem a história das relações entre as pessoas daquela região, da relação das pessoas com a natureza.

Os grandes segmentos da disciplina serão finalizados com o tópico “políticas de informação”.

Todo governo possui políticas para as áreas em que sua atuação é necessária. Tais políticas podem ser explícitas ou implícitas. As políticas explícitas são aquelas que estão materializadas em documentos e tramitam pelas instâncias existentes na estrutura burocrática do Estado, ou seja, elas estão claramente definidas e são construídas, boa parte das vezes, após consulta à sociedade ou a instituições organizadas e aceitas como interlocutoras. Outras vezes – e não poucas – as políticas são elaboradas

⁷ FREE IMAGES. Gabor Kalman. Disponível em: <<https://www.freeimages.com/photo/thinking-1547385>>. Acesso em: 13 out. 2018.

exclusivamente pelo aparato governamental, sem a participação direta da sociedade ou de seus setores.

As políticas implícitas são aquelas que existem, mas não estão registradas e não são veiculadas. Elas são tácitas e possuem regras que são assimiladas e cumpridas pelos servidores que estão com elas envolvidos.

Algumas vezes, as políticas são explícitas, mas não cumpridas, ou seja, nas entrelinhas do texto que as concretiza, há políticas implícitas, tácitas e que podem mudar o que está exteriorizado formalmente.

Na área da informação isso também ocorre. Historicamente, o Brasil teve várias políticas para a informação. Algumas tiveram mais êxito que outras. Essas políticas estão atreladas às concepções presentes nas propostas de campanhas de partidos e de políticos. Tais propostas definem – ou deveriam definir – todas as ações do governo eleito. Isso significa que as políticas de informação não são isoladas, elas também devem ser incluídas nas ações dependentes das bases políticas que sustentam esse governo.

As políticas podem existir, como disse, de maneira explícita, sustentadas por leis e decretos. As leis são dependentes de decretos para serem viabilizadas. Ainda há inúmeros itens presentes na *Constituição de 1988* que não foram concretizados pela falta de um decreto que os viabilize. Em 1991, por exemplo, o governo do estado de Sergipe aprovou uma lei que criava o *Sistema de Bibliotecas Escolares do Estado de Sergipe*, mas ele nunca foi implantado. Por outro lado, no que tange às universidades brasileiras, na avaliação delas foram incluídos vários itens referentes à biblioteca e, entre eles, a existência de um profissional formado em Biblioteconomia. Isso, como você pode perceber, aumentou e muito o campo de trabalho dos bibliotecários. O *Livro verde* e o *Livro branco*, como você verá mais à frente, foram uma tentativa de criar uma política para a área de tecnologia, abrindo espaço para a inclusão digital. Sabemos que as coisas não são tão simples quando tratamos de políticas, sejam elas referentes a quaisquer áreas. Não basta uma proposta ou o desejo de um órgão ou de algumas pessoas. É preciso que vários segmentos estejam inseridos e assumam a ideia. As coisas são complexas e não se resolvem apenas nas palavras ou com ações isoladas. Você vai ver isso melhor no item específico sobre políticas de informação.

Assim, os 5 itens que estruturam esta disciplina, ou seja, “História social do conhecimento, das bibliotecas e da Biblioteconomia”, “Produção e circulação social dos registros do conhecimento”, “Cultura e sociedade”, “Memória e patrimônio” e “Políticas de informação”, possuem uma relação que, a princípio, pode não parecer muito clara. Todos os itens tratam de uma visão social do conhecimento, da informação, da biblioteca e dos materiais com os quais esta trabalha.

Boa parte da população acredita que o bibliotecário trabalha apenas com o livro e com a leitura, apenas emprestando e permitindo o acesso ao livro nas dependências do espaço físico da biblioteca. Essa concepção é restrita e possui duas ideias básicas errôneas: a) o bibliotecário se preocupa apenas com o livro (vamos deixar claro: o bibliotecário trabalha com a informação; os materiais que contêm informações, entre eles o livro, são de interesse para o profissional); b) as bibliotecas visam a preservação dos livros (na verdade, a biblioteca se preocupa em disseminar a informação e permitir a recuperação de informações que sejam de interesse dos usuários).

A atuação do bibliotecário não é isolada, ela está envolvida com tudo o que acontece na sociedade. Assim, é esse profissional objeto – na me-

didática em que sofre interferência das transformações sociais – e sujeito – uma vez que interfere nessas transformações.

Para encerrar a unidade, vale destacar uma citação de um grande escritor brasileiro, *Mário Quintana*:

*“Livros não mudam o mundo,
quem muda o mundo são as pessoas.
Os livros só mudam as pessoas.”*

A frase refere-se ao livro, mas pode ser empregada em referência à biblioteca e ao bibliotecário.



1.4.1 Atividade

Veja a matriz curricular deste curso. Atente para as disciplinas e veja se consegue estabelecer relações entre elas.

Resposta comentada

Analisando a matriz curricular deste curso, podemos perceber que a coordenação teve uma grande preocupação em elencar disciplinas que atendessem às exigências para uma adequada e boa formação do bibliotecário. São cerca de 50 disciplinas que abordam os domínios mais diversos, próprios da Biblioteconomia ou relacionados a ela.

Repare que há disciplinas voltadas mais para os aspectos técnicos do fazer do bibliotecário (como “Normalização Documental”, “Redes de Computadores” e “Conservação, Preservação e Restauro”) e outras norteadas para um conhecimento mais amplo, não especificamente restrito aos espaços de atuação profissional (como, por exemplo, “Políticas de Informação” e esta própria disciplina “Biblioteconomia e Sociedade”).

Não custa lembrar: a formação de qualquer profissional implica prepará-lo para fazeres específicos, mas também implica pensar em seu desenvolvimento social, humano, cidadão.



1.4.2 Atividade

Procure lembrar de alguma música, alguma poesia, algum conto, quadro ou filme em que haja referência à memória, ao passado das pessoas, do grupo ou do país. Registre suas impressões.

Resposta comentada

Você pode ter lembrado de inúmeras obras diferentes, já que as artes são fartas na abordagem desse tema. O pintor basco *Salvador Dalí* tem um quadro sensacional intitulado *Persistência da Memória* (eu só não o reproduzi aqui nesta unidade por causa dos direitos autorais).

Todas as autobiografias são, no fundo, livros de memórias, mas há livros de outros gêneros que lidam com esse tema, como o romance *Para Sempre Alice*, que, inclusive, deu origem a um filme homônimo, estrelado pela *Julianne Moore*.

Há também muitas poesias que tratam da memória, como a *Canção do Exílio*, de *Gonçalves Dias*, cujos versos iniciais “Minha terra tem palmeiras/Onde canta o Sabiá” quase todo mundo conhece.

Você também encontrará vários filmes abordando essa temática. Uma série muito comentada e que possui alguns episódios que podem servir de exemplo é *Black Mirror*.

1.5 RESUMO

A história do conhecimento não está restrita apenas aos materiais que permitem seu compartilhamento. Ao contrário, ela está diretamente vinculada à sociedade. Os materiais que possibilitam o compartilhamento do conhecimento são produtos das transformações sociais. Não são eles isentos, como será visto mais adiante nesta disciplina. Se isso ocorre com o conhecimento, que é algo mais abstrato, também se dá em relação às bibliotecas e à área da Biblioteconomia.

O tema cultura é bastante complexo, uma vez que essa palavra é polisêmica, ou seja, tem muitos significados. Já foi usada – e ainda é, mesmo que de forma inconsciente – como sinônimo de erudição, de sabedoria. Na área da Biblioteconomia, atualmente, entende-se o termo dentro de um conceito mais antropológico.

É possível perceber que o conceito de “memória” não existe sozinho, mas umbilicalmente preso ao conceito de “esquecimento”. Na Biblioteconomia, assim como na Ciência da Informação, memória não diz respeito exclusivamente ao armazenamento e conservação de materiais e à preservação da cultura de um povo, mas também se volta à disseminação do conteúdo armazenado e preservado.

Vale destacar que a relação das bibliotecas, do conhecimento e da informação com a sociedade dá-se também, e de maneira formal, pelas políticas públicas governamentais. São elas que determinam o que será prioritário no país no âmbito da informação, seja esta científica, tecnológica ou pública.

UNIDADE 2

HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO, DAS BIBLIOTECAS DA BIBLIOTECONOMIA

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar aspectos da história do conhecimento, das bibliotecas e da Biblioteconomia em suas relações com a sociedade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- a) explicar por que a História só pode ser entendida e compreendida quando em relação com a sociedade;
 - b) apresentar os segmentos da história do conhecimento, das bibliotecas e da Biblioteconomia, visando compreender também as interferências sociais nos períodos não estudados;
 - c) conhecer as interlocuções e articulações históricas entre conhecimento, biblioteca e Biblioteconomia.
-

2.3 INTRODUÇÃO

O que nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Essa é uma questão muito empregada e divulgada como piada, mas que traz uma indagação muitas vezes não respondida. Há pessoas que nem mesmo se interessam em refletir sobre ela. A pergunta exige que procuremos uma base teórica em outras áreas. Claro que, neste texto, não é de meu interesse respondê-la, mas apenas alertar para o fato de que há várias questões desse tipo em muitos outros segmentos do conhecimento humano.

Na Biblioteconomia nos deparamos com uma questão de igual complexidade e dificuldade de resposta: quem nasceu primeiro, a escrita ou a leitura? Muitos defendem que a escrita nasceu primeiro, pois só podemos ler o que está escrito, afinal como poderíamos ler algo que não foi escrito? No entanto, essa é apenas uma corrente de pensamento e uma forma de tentar elaborar uma resposta apropriada.

Outros defendem que, antes da escrita, líamos sinais, como rastros de animais, nuvens no céu, sons da noite, a natureza, os predadores, os inimigos, etc. Pensando assim, a leitura veio antes da escrita, uma vez que esta só pode ser considerada verdadeira escrita se há uma intencionalidade do “escrevinhador”, do autor da escrita. Assim, leitura é apenas aquilo que provém de uma intencionalidade, ela nasce de algo formal e consciente, baseada em regras e normas. Se o leitor não conhece as regras e normas, não consegue decodificar a escrita e, portanto, não terá condições de ler.

Mas não existem apenas essas duas correntes. Alguns vão defender que existe uma escrita inconsciente, ou seja, mesmo que o leitor não consiga entender totalmente a escrita, mesmo que ele não consiga, conscientemente, decodificar os sinais da escrita, ele poderá ler. Por exemplo: quando, no mato, vejo a pegada de um animal, mesmo não sendo especialista, posso não saber a qual animal ele, rastro, pertence, mas posso dizer se é um animal grande ou pequeno, se é muito pesado (se a pegada for muito profunda) etc.

A questão continua: afinal, o que veio antes, a escrita ou a leitura?

A resposta vai depender dos conceitos e ideias sobre escrita e leitura que cada pessoa segue.

Vamos nos deparar, no transcorrer do curso e da vida, com vários conceitos e concepções diferentes, até mesmo antagônicos. Tomamos posições ao lado de uma ou outra dessas concepções, a partir das análises, muitas inconscientes, que nós desenvolvemos. A opção dá-se, na maioria das vezes, com base na proximidade que a concepção escolhida possui com nossos entendimentos e explicações de mundo.

Lembra do evolucionismo e do criacionismo que abordei no início do nosso livro? Pois bem, estamos, neste momento, com uma situação que pede uma posição para cuja resposta não existe certo ou errado. O certo ou errado é relativo aqui e dependerá do modo como cada um entende e explica o mundo.

Às vezes as pessoas pensam a ciência como algo que vai determinar o que é bom ou o que é mau, o que faz bem ou o que faz mal. Em certa medida, isso ocorre, mas tais posições são limitadas a um momento, a uma época, a uma situação, etc. Muito do que no século XX era

aceito como verdadeiro hoje não é mais. Naquela época, lidávamos com uma verdade que podemos denominar de relativa e que atendia ao que conhecíamos. De várias pesquisas, estudos, reflexões, intuições, acasos, modos diferentes de pensar surgiram e muitas daquelas verdades foram contestadas. Eles trouxeram explicações diferenciadas; hoje, pensamos a partir de novas descobertas e entendimentos. Claro que a pergunta que devemos nos fazer é: o que está dado agora é a verdade absoluta? A resposta é não. Pesquisas e estudos não têm fim. Conhecemos coisas hoje que nos dão condições de entender melhor muito do que é desconhecido. Mas a ciência ainda tem muito por descobrir, refletir, se indagar.

As ciências humanas, as ciências sociais, as ciências sociais aplicadas, ao contrário das ciências exatas, não trabalham com verdades, mas com conceitos que são embasados em correntes ou formas de entender o mundo.

Quando você pergunta para alguém quanto é $2 + 2$, a resposta se vale de um pressuposto (ver box explicativo). Quando você pergunta a alguém qual o nome de um determinado osso do corpo humano, essa pessoa lhe responderá baseada em pesquisas desenvolvidas na área da anatomia do corpo humano e, apesar do nome do osso aparentemente ter sido atribuído de maneira aleatória, o osso será identificado de maneira inequívoca. Mas, se perguntarmos para um amigo por que há tanta violência no mundo, a resposta não pode ser baseada em um pressuposto, nem mesmo se apresentará como algo inquestionável. Ao contrário, haverá muitas respostas, todas elas com base em correntes de pensamento, em formas de entendimento do mundo, enfim, em conceitos.



Explicativo

O que é pressuposto:

Pressuposto significa **algo que se pressupõe**; que se supõe antecipadamente, ou seja, **aquilo que se imagina e pensa sobre determinada coisa ou situação antes mesmo de ter contato ou conhecimento sobre ela**.

Os pressupostos são marcados por advérbios, verbos, orações adjetivas e adjetivos. O pressuposto é um dado apresentado como indiscutível para o falante e o ouvinte, não permitindo contestações.

Pressupostos são ideias não expressas de maneira explícita num discurso, mas que podem ser percebidas a partir de certas palavras ou expressões que foram utilizadas.

Quanto à utilização de pressupostos, eles devem ser sempre verdadeiros ou aceitos como verdadeiros, pois são os responsáveis por construir as informações consideradas explícitas.

Exemplo: "A atividade de radiodifusão deve respeitar as condições pressupostas na atribuição do alvará para o seu exercício." [...] (SIGNIFICADOS, 2018).⁸

⁸ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pressuposto/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

Afinal, o que veio primeiro, a leitura ou a escrita?

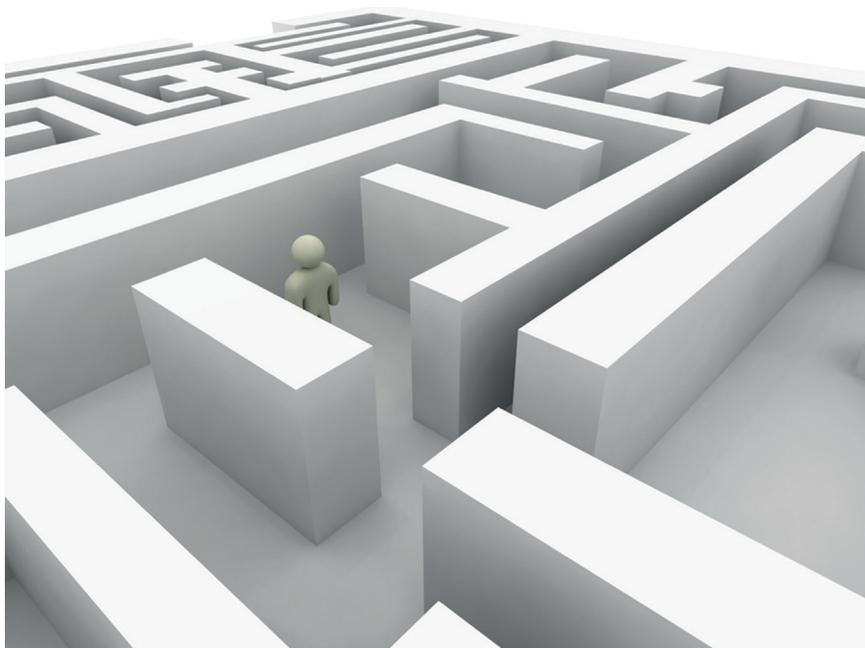
2.4 A LEITURA E A ESCRITA

Antes de iniciarmos a conversa sobre essa questão, preciso deixar registrado que tanto a leitura quanto a escrita não existem isoladamente. Não são coisas estanques, que vivem sozinhas, afastadas do mundo ou em um mundo diferenciado. A leitura e a escrita existem em um contexto que abrange pessoas, que abrange um momento histórico, que abrange uma cultura, etc. Não podemos nos esquecer disso durante toda a nossa disciplina. E isso é muito, muito importante.

Para respondermos ao que veio antes, a leitura ou a escrita, precisamos nos voltar para os conceitos. Mas, como disse anteriormente, os conceitos são aqueles com os quais as pessoas se identificam, estão vinculados às verdades de cada um. Logo, a resposta sobre quem veio primeiro, a leitura ou a escrita, vai estar subordinada aos conceitos que você aceita e, portanto, será totalmente dependente de você. Pense um pouco sobre isso e veja qual é sua posição sobre o tema.

De qualquer forma, vale lembrar que a leitura não está restrita apenas ao texto escrito. Para nós, bibliotecários, isso é por demais importante.

Figura 3 – A leitura é um grande labirinto, quem nela entra sempre se perde.



Fonte: Free Images⁹

Vamos trabalhar com um conceito de leitura mais amplo (que chamamos de conceito *lato*): além do texto escrito, lemos também a imagem fixa, a imagem em movimento e o som.

⁹ FREE IMAGES. Svilen Milev. Disponível: <<https://www.freeimages.com/photo/3d-maze-5-1208080>>. Acesso em: 13 out. 2018.

Mais ainda: lemos o mundo. *Paulo Freire*, um dos mais importantes pensadores da educação no mundo, afirma (eu pensei em escrever “afirmava”, pois ele morreu; mas, embora morto, suas ideias continuam influenciando o nosso conhecimento) que antes da leitura do texto escrito, da palavra, já temos uma leitura de mundo, ou seja, já nos relacionamos com o mundo, já questionamos o mundo, já tentamos explicar o que é o mundo, o que é a vida, o que estamos fazendo aqui, etc. Nós lemos o mundo desde que nascemos. Quando lemos um texto, antes, já temos um conhecimento, temos uma ideia do que é o mundo e esse texto vai alterar esse conhecimento, essa ideia. Cada leitura, um novo conhecimento do mundo. A frase muito conhecida de *Paulo Freire* – “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” – foi dita por ele na página 11 de um livro dele que para nós, bibliotecários, tem uma grande importância. O livro se chama *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. Ele é importante para nós, porque um dos três artigos que se completam é a reprodução de uma palestra dele proferida no *XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, ocorrido em 1982, na Paraíba.

A multimídia possui quatro grandes segmentos: o texto escrito, a imagem fixa, a imagem em movimento e o som. Todos os quatro são de interesse da Biblioteconomia (não esqueça, o bibliotecário trabalha com muito mais coisas do que apenas o livro).

A leitura, nesse sentido, pressupõe uma relação da pessoa com o mundo. Ela lê o texto escrito (livros, jornais, revistas, panfletos de publicidade, bulas de remédio, *outdoors*, placas de trânsito, placas de sinalização, placas de lojas, informações pregadas em paredes, informações em *sites* acessados por computadores, *tablets* ou celulares, informações em redes sociais, etc.). Para isso, precisa ser alfabetizada e manter o aprendizado em atividade, caso contrário, ela poderá ser uma analfabeta funcional.



Explicativo

Analfabeto funcional

Quem é analfabeto funcional? Segundo a Unesco: ‘uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade’.

O analfabeto funcional é diferente do analfabeto pleno. O analfabeto pleno nunca teve nenhum contato sistemático com a leitura, a escrita e o cálculo, nunca frequentou a escola e, por isso, não domina essas habilidades. Pelas últimas sondagens, o Brasil contaria com 8% de analfabetos plenos.

O analfabeto funcional, por seu lado, frequentou a escola, pode até mesmo ter chegado ao final de alguns dos níveis do sistema escolar, pode ter concluído o ensino fundamental, por exemplo, mas não se apoderou plenamente das habilidades da leitura e da escrita (e também do cálculo).

As pesquisas revelam, além disso, que 38% dos estudantes universitários podem ser classificados de analfabetos funcionais.

Da população brasileira, entre 15 e 64 anos, 75% é analfabeta funcional. (BAGNO, 2017, p. 6).¹⁰

Além do texto escrito, lemos também a imagem fixa (fotografias, pinturas, esculturas, histórias em quadrinhos, desenhos em papel, reálias, desenhos em ambiente virtual, etc.). A escola não nos prepara para a leitura desse segmento da multimídia. Ou aprendemos sozinhos ou fazemos leituras superficiais, sendo esta segunda situação a mais comum. Se você for a uma exposição de quadros, será fácil entender o significado das obras expostas? E se, para piorar, o autor de um dos quadros ou um conhecedor lhe disser que uma determinada obra não é para ser entendida, mas para ser sentida? Difícil entender – ler – tais obras, se não temos competências específicas para isso. Apesar disso, nós lemos e compreendemos com a nossa bagagem de conhecimento, nossa bagagem de experiências, com os nossos referenciais.

Reália – realia ARTE (Do latim *realia*.) objetos, coisas autênticas que existem de fato, como, p. ex.: amostras, artefatos e modelos. Ant.: réplica; espécimes.

Fonte: CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 451.



Multimídia

A imagem fixa, como vimos, possui uma linguagem própria. No entanto, essa linguagem não é única para todos os itens que a compõem. A linguagem das artes plásticas, de uma pintura, por exemplo, é diferente da linguagem da fotografia. Sobre esta última, assista a aula intitulada *Conceito da Linguagem Fotográfica* no vídeo abaixo:

<<https://www.youtube.com/watch?v=SdAszKSc3F4>>.

Se quiser assistir mais aulas como essa, inscreva-se no canal da Escola Pública de Fotografia no endereço a seguir:

<<https://www.youtube.com/user/sitkongsangFOTO>>.

A leitura também se dá na imagem em movimento (filmes, *gifs*, vídeos e, com muita intensidade, corpos das pessoas). A exemplo da imagem fixa, a escola também não nos deu competências e habilidades para lermos as imagens em movimento. Vamos ao cinema e nosso entendimento do filme acaba se restringindo a: “gostei”, “não gostei”, “legal”, “é chato” ou coisas do gênero. Muitas vezes levamos sustos em determinadas cenas, mas não teríamos sido “pegos de surpresa” se conhecêssemos a “construção” do filme, ou seja, os recursos que o diretor utiliza para nos levar ao susto. Se prestarmos atenção à música, nas coisas que são captadas pela câmera, essas coisas, o susto será bem menor. Mas isso depende de um conhecimento anterior nosso da linguagem cinematográfica.

¹⁰ BAGNO, M. Uma escola que produz analfabetos. **Caros Amigos**, v. 21, n. 245, p. 6, julho, 2017.



No parêntese do início do parágrafo anterior, enfatizei a leitura “do corpo.” Essa também é um tipo de leitura. Os movimentos, a posição do corpo, o modo de caminhar, olhar, etc nos dão muitas informações sobre a pessoa que estamos observando, sobre o momento que ela está vivendo, a relação dela com um determinado espaço ou com determinadas pessoas, etc. Uma pessoa que entra em uma biblioteca olhando para os lados, procurando por alguma coisa ou por alguém, permanecendo na entrada da sala ou entrando devagar, quase que “passo ante passo”, provavelmente é alguém que não conhece a biblioteca, que a está visitando pela primeira vez. Nosso atendimento será diferente daquele prestado a uma pessoa que já conhece e faz uso constante dos espaços da biblioteca. A pessoa que caminha com a cabeça baixa ou que, aparentemente, respira com dificuldade talvez esteja passando por algum problema emocional. A pessoa que não nos olha nos olhos provavelmente é tímida ou está com medo. Esses são exemplos de leitura corporal que fazemos constantemente, embora boa parte das vezes seja de maneira inconsciente. Não custa alertar: nem sempre a leitura é correta. É preciso cuidado nessas nossas interpretações, pois não há verdades científicas nesse tipo de leitura.

Por último, também lemos o som (músicas, discos, ruídos, sons de fundo e a oralidade). O som também é um segmento da multimídia esquecido pela escola. Quando garoto, em minha escola, aprendi muita coisa em aulas de música e canto. Aprendíamos as notas musicais, os tempos, os tipos de ritmos, compassos, claves, etc. Cantávamos músicas apresentadas pelo professor; reconhecíamos nossas “vozes” (soprano, contralto, baixo, entre outras); solfejávamos (líamos, com o auxílio das mãos, as notas nas partituras), enfim, conhecíamos a “linguagem” da música. Com ela, podíamos entender um pouco mais sobre a música em geral e fazíamos comparações entre as canções de que gostávamos. Descobríamos, por exemplo, que as músicas da chamada *Jovem Guarda* possuíam não mais do que dois ou três acordes, muito diferente das músicas da Bossa Nova, da MPB e até mesmo das compostas pelos *Beatles*.

Além das músicas, precisamos nos preocupar com os ruídos, os barulhos, pois vivemos em um mundo em que eles estão por toda a parte e por todo o dia, até mesmo em determinados lugares como as grandes cidades, durante nosso sono. É preciso conviver com eles, saber lidar com eles, reconhecê-los. Isso se dá quando nossa relação com os ruídos é consciente.

Deixei a oralidade para o final, uma vez que muitas pessoas dão pouco valor para ela. A Biblioteconomia, boa parte das vezes, não a considera de interesse, já que ela não pode ser registrada e guardada para posterior recuperação. É verdade: se registrada, a oralidade deixa de ser oralidade e passa a ser outra coisa, como gravação, filme, vídeo, etc. Mas precisamos reconhecer que o conhecimento é transmitido, veiculado, disseminado e até preservado pela oralidade, pela conversa, pelo canto, pela contação de histórias (formais ou não formais – nas bibliotecas, a contação de histórias é formal, pois tem um dia para ser realizada, tem uma pessoa dedicada a isso; já a contação informal é aquela que acontece em casa, na rua, nos espaços públicos, nos restaurantes, nos bares, nos táxis, no salão de cabeleireiro, no barbeiro, nos consultórios médicos, nas filas de bancos, filas de ônibus, com os companheiros, até então não conhecidos, de viagem e em milhares de outros momentos). O *cordel* é um exemplo de oralidade. A história cantada nas feiras é vendida em papel, dentro de determinadas características, mas, de modo geral, as pessoas param para ouvir o cantador, param para acompanhar a história que ele conta. E essas histórias são casos antigos, recentes, históricos, locais, são histórias, verídicas ou não, que em seu canto – e na

cabeça e fala do público – se perpetuam, se disseminam, se mantêm vivas. O registro em papel, o cordel, não representa o canto ouvido, não traduz o momento em que a história ganhou o espaço entre ele, cantador, e o público. Esse é um momento único e não pode ser captado para posterior reprodução, a não ser pelos que estavam presentes naquele momento, pois estes a reproduzem na memória, na lembrança, até mesmo na saudade.

A esses tipos de leitura devemos acrescentar a leitura de mundo, já comentada anteriormente. Não basta ler a escrita, a imagem fixa, a imagem em movimento, o som, se isso não nos levar a ler de forma diferente o mundo; se, a partir dessas leituras, não relermos o mundo.

Como vimos, a leitura não se dá apenas com o texto escrito, e a biblioteca deve se preocupar com todo tipo de leitura, pois todas elas lidam com a informação, e esta é a base de nosso fazer profissional.

2.5 MARCOS HISTÓRICOS

Um alerta inicial: os marcos históricos como datas e acontecimentos não representam, necessariamente, o começo de algo. Eles são usados para facilitar a nossa compreensão, mas quase sempre esses marcos têm sua gênese muito antes. A data de nosso aniversário, por exemplo, é considerada o momento em que começamos a existir, mas, em realidade, fomos gerados, talvez, nove ou oito ou sete meses antes. Posso considerar que minha vida teve seu começo quando meus pais se conheceram, pois, sem que eles se relacionassem, eu não estaria aqui, agora, escrevendo este texto para vocês. Uma data é importante, mas não pode ser entendida como o início, obrigatoriamente, de um período histórico ou de uma era ou de segmentos da história de um país, de uma raça, de uma pessoa.

Outra coisa importante: fiz algumas escolhas relativas a pontos que entendi serem fundamentais na história da Biblioteconomia. Outros pesquisadores podem optar por pontos diferentes. Isso não significa que os dois estejam errados ou que apenas um esteja certo. As escolhas acompanham modos de pensar e entender a Biblioteconomia e, por isso, podem ser diferentes. No entanto, as diferenças não são tão importantes assim.

Um autor que considero importante para discutir a história da biblioteca é *Alfredo Serrai*. Ele escreveu um artigo, curto, de não mais do que 11 páginas, em que defende a ideia de que a história das técnicas empregadas pelas bibliotecas se confunde e, até, determina a história da biblioteca. Mesmo sendo antigo – o artigo foi publicado em 1975, como você pode ver nas referências ao final deste capítulo –, as concepções advogadas por ele são aceitas por boa parte dos pesquisadores, professores e bibliotecários. Os marcos históricos, para ele, se confundem com os vários instrumentos utilizados pelas bibliotecas no transcorrer da existência desse equipamento informacional. Apesar de se poder depreender em seu texto que o aparecimento de novas ferramentas na biblioteca, inclusive algumas utilizadas até hoje, é decorrência de necessidades de um momento histórico definido, Serrai entende que o principal “fazer”, a principal tarefa do bibliotecário, está vinculado ao processamento técnico, ou seja, à catalogação e à classificação.



Tenho um entendimento, assim como outros pesquisadores, diferente em relação a essa concepção. Os instrumentos e ferramentas que são utilizados nas bibliotecas atendem, sim, a necessidades de momentos históricos. No entanto, a organização da informação só deve ser entendida como consequência de demandas por informação. Para que organizar a informação se ninguém dela precisa? Antes da organização vem a demanda, a necessidade por informação e, por esse motivo, as bibliotecas foram construídas e começaram a armazenar, a preservar e a organizar os materiais recolhidos. Nas primeiras bibliotecas (e durante muito, muito tempo) a disseminação da informação, até mesmo o acesso aos materiais (é importante lembrar que os livros como os conhecemos hoje são recentes e outros materiais eram utilizados para preservar o conhecimento humano), era difícil. Se hoje temos um grande número de analfabetos no mundo, imagine como era nos tempos que antecederam Cristo ou mesmo na Idade Média ou até mesmo no início do século XX. O acesso era difícil porque as pessoas eram analfabetas, porque não havia bibliotecas em todos os lugares e porque era proibido, em muitos momentos da História, o acesso à informação (até hoje, se você computar que há bilhões – isso mesmo, bilhões – de pessoas no mundo sem condições de utilizar novas tecnologias).

As bibliotecas não surgem do nada. Como vimos, são fruto de demandas ocorridas em determinados momentos. É possível afirmar que a princípio o interesse pelas bibliotecas estava relacionado mais à preservação do conhecimento de determinados povos e, com isso, com a preservação também da sua cultura. Claro que o conhecimento preservado era o de uma elite, aquela que possuía o poder para determinar a construção de bibliotecas e, também, as condições mínimas para poder usufruir desse conhecimento.

2.5.1 Nínive

A primeira biblioteca de que temos indícios de sua existência é a de Nínive, no século VI ou VII a.C. Um autor chamado *Matthew Battles* diz que:

As bibliotecas da Mesopotâmia chegaram ao apogeu [...] durante o reinado de Assurbanipal II, que governou a Assíria no século VII a.C. Na já então antiga cidade de Nínive, capital do império, ele organizou uma grande biblioteca, que chegou a abrigar 25 mil placas. (BATTLES, 2003, p. 31).

Você, claro, está pensando que as bibliotecas são muito antigas. Fazendo uns cálculos rápidos, a biblioteca existe há mais de 2.700 anos. Realmente antiga. Mas, continuando com o livro daquele autor, *Battles*, há outra afirmação mais surpreendente: “Já no terceiro milênio antes de Cristo, havia um templo na cidade de Nippur, no sudeste do que é hoje o Iraque, com arquivos cheios de placas de argila.” (2003, p. 31).

Se com as informações anteriores a biblioteca já era muito antiga, imagine agora, quando ficamos sabendo que não são 2.700, mas 5.000 anos. O homem sempre precisou do conhecimento, e sua preservação, a do conhecimento, fez parte das preocupações de quase todos os governantes, imperadores, reis e ditadores do mundo.

Em muitas guerras a biblioteca era um objetivo de saque, para destruir a cultura do povo derrotado, ou era exibida como troféu da vitória ou, ainda, utilizada como forma de trazer para seu povo o conhecimento de uma época.

2.5.2 Alexandria

Uma das bibliotecas antigas mais conhecidas é a de Alexandria. Em muitos textos, acadêmicos ou de ficção, essa biblioteca é lembrada e comentada.

Há pouco tempo foi lançado o começo de uma série de livros que traz um personagem chamado *Alcatraz*. Esse personagem tem como inimigos os *Bibliotecários do Mal*. Já foram publicados dois livros da saga do personagem. O segundo livro tem a Biblioteca de Alexandria como cenário. É nela que se localiza a, digamos, sede dos *Bibliotecários do Mal*.



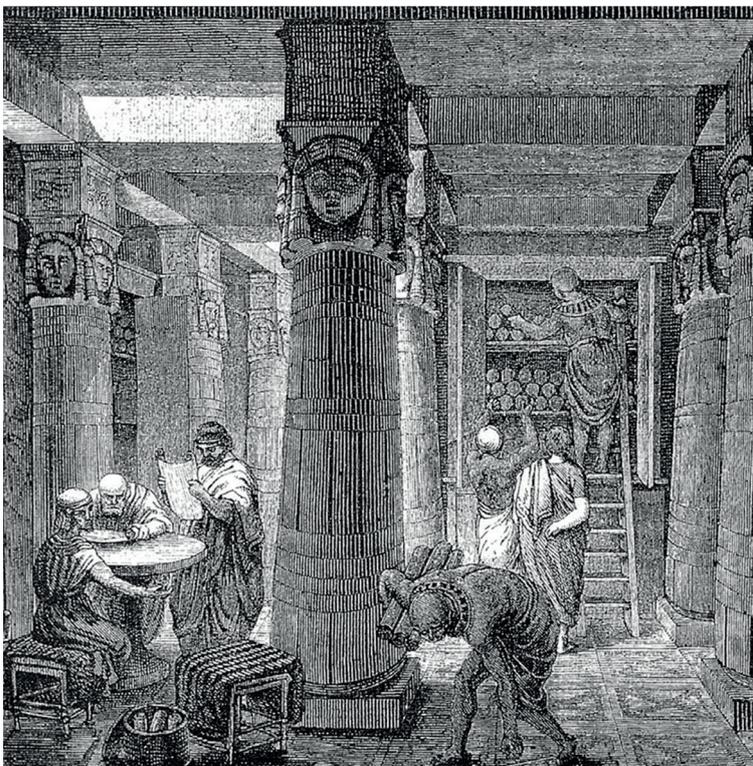
Multimídia

Para quem tiver interesse, seguem abaixo as referências dos dois livros:

SANDERSON, B. **Alcatraz contra os bibliotecários do mal**. São Paulo: Benvirá, 2010. 288 p.

SANDERSON, B. **Alcatraz contra os ossos do escrivão**. São Paulo: Saraiva, 2011. 287 p.

Figura 4 – Uma ideia do que pode ter sido a antiga Biblioteca de Alexandria.



Fonte: Wikimedia Commons¹¹

¹¹ WIKIMEDIA COMMONS. O. Von Corven. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ancientlibraryalex.jpg>>. Acesso em: 13 out. 2018.

É comum considerar Alexandria como uma única e imensa biblioteca. No entanto, eram duas edificações. Vejamos o que um autor já nosso conhecido, *Matthew Battles*, diz sobre essa biblioteca, ou melhor, sobre essas bibliotecas:

A maior delas foi construída no século III a.C., no interior do Mouseion, ou templo de Musas. Sua “irmã” menor foi criada um século depois, no interior do templo de Serápis, deus egípcio helenizado e padroeiro da sincrética Alexandria [...]. Ambas as coleções estavam localizadas no Brucheion, parte da cidade onde ficavam os palácios reais [...] Fora dali, pelos quatro cantos da cidade, era possível encontrar uma grande quantidade de livros. Berço da manufatura do papiro, Alexandria foi o centro do comércio livreiro do Mediterrâneo praticamente desde sua fundação até o terceiro século de nossa era.” (2003, p. 29)

Há histórias sobre o fim da biblioteca ou das bibliotecas de Alexandria. Muitas referem-se a um provável incêndio, outras dizem que o califa *Omar* mandou destruir os livros, pois dizia que, se os livros concordavam com o Livro de Deus, eram desnecessários e se discordavam, eram hereges. Segundo essas últimas histórias, os rolos existentes na biblioteca foram usados como combustíveis para alimentar as fornalhas dos banhos públicos da cidade. Porém, *Derek Adie Flower*, outro pesquisador das bibliotecas de Alexandria, acredita que muitos dos rolos não foram queimados em banhos públicos:

Como raramente há fumaça sem fogo, parte dos livros pode ter sido queimada para aquecer os banhos, mas é duvidoso que entre eles estivessem os inestimáveis manuscritos acumulados nas duas grandes bibliotecas de Alexandria durante aqueles seis séculos em que a cidade atraía para suas praias sábios de todas as nacionalidades e credos. Essas obras-primas teriam sido guardadas em lugares seguros e enviadas a outros centros. (2002, p. 191)

Certo é que a destruição dessas bibliotecas ocorreu no ano de 642 d.C. e que a construção e a destruição delas estão ligadas a guerras, lutas, interesses econômicos, comerciais e, também, culturais.

A história de Alexandria possui algumas passagens conhecidas pelo público em geral e outras apenas pelos que se interessam pelos livros.

Um desses momentos conhecidos aconteceu em 48 a.C., com *Cleópatra* e *Júlio César*. Este, romano, em uma manobra tática contra os egípcios que o cercaram em Alexandria, manda incendiar seus barcos e os dos egípcios, que consistiam em mais que o dobro da esquadra romana. O fogo queimou todos os barcos e se alastrou pelos armazéns e estaleiros ao redor do porto, queimando papiros guardados lá e, seguindo para “a região do Bruquion, com seu museu e biblioteca”, queimou “grande parte do que constituía a herança do grande centro cultural”. (FLOWER, 2002, p. 108)

Há outras histórias, como a de *Calímaco* que, por volta de 270 a.C., foi convidado a ser bibliotecário-chefe de Alexandria pelo faraó *Ptolomeu II*. Calímaco não aceitou o convite, mas fez alguns trabalhos específicos e ficou conhecido:

[...] por ter catalogado toda a coleção de papiros e códices da biblioteca (estimada num surpreendente total de 500 mil) utilizando Pinakes (Lâminas). Essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por 'palavras-chave' e 'autor'". (FLOWER, 2002, p. 52)

2.5.3 Idade Média

As bibliotecas, como vimos, preservavam o conhecimento humano. Não era possível depender exclusivamente da oralidade, dos cantos, das histórias, dos "causos" veiculados na época. Reunir os materiais existentes em um único lugar permitia garantir sua preservação. Ou melhor, permitia a tentativa de garantir sua preservação.

Um autor venezuelano, *Fernando Báez*, afirma que a reunião dos livros em um único lugar traz maior possibilidade de preservação, mas também pode causar a destruição dos livros de maneira mais fácil. O livro em que essa afirmação consta é *História universal da destruição dos livros*. Nele, *Báez* conta inúmeros casos de destruição de livros durante a história da humanidade. Você pensa que são poucos esses casos? Ao contrário, há situações em que, corretamente, nos preocupamos mais com as pessoas que morrem ou ficam feridas em catástrofes e nos esquecemos – ou deixamos de lado – a destruição de bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, etc. Um terremoto pode matar muita gente, pode derrubar muitas casas e, também, pode destruir bibliotecas, extinguir os livros que elas mantinham. O mesmo se dá com um maremoto ou como consequência de bombas e mísseis em uma guerra. Arquivos foram perdidos quando bombardeados, por engano ou não, em guerras revoluções. Museus ou monumentos históricos foram depredados, destruídos por causa de ataques desferidos por grupos fundamentalistas.

A religião durante o período da Idade Média preservou muitos documentos, mas também impossibilitou que muito conhecimento pudesse ser acessado. Como quase tudo, a Igreja – neste caso, a cristã – também teve e tem seus dois lados: por um, preserva, contribui para a preservação; por outro, impõe censuras, impede o surgimento de muitas ideias. As bibliotecas mantidas pela Igreja durante a Idade Média preservaram aquilo que ela queria preservar, aquilo que era de seu interesse.

Mesmo depois da Idade Média, no século XVI, apenas a título de exemplo, *Carlo Ginzburg*, no livro *O queijo e os vermes*, nos conta a história de um moleiro chamado *Menocchio* que, contrariando a Igreja, afirma que o mundo teve origem na putrefação. A história só pôde ser conhecida porque documentos foram preservados, apesar desse moleiro ter enfrentado a Inquisição.

Ainda dentro desse parêntese, vale lembrar que as bibliotecas mantinham aquilo que, em nosso entendimento de hoje, seriam as novas tecnologias: papiros, tábuas de cera, incunábulos eram correspondentes ao livro como o conhecemos hoje, o *e-book*. Várias foram as formas empregadas para registrar e disseminar o conhecimento. As bibliotecas tiveram que se adaptar a essas formas, sempre acompanhando as invenções que, por sua vez, atendiam a demandas da sociedade.

A influência da Igreja foi enorme nesse período, a ponto de determinar a forma como os livros eram inseridos nas estantes: primeiro, na

concepção da época, o livro mais importante, a Bíblia. Depois, livros relacionados à vida de santos, à Teologia e só após isso os livros ditos “mundanos”, ou seja, os relacionados à ciência, etc.

Os livros que faziam parte do acervo das bibliotecas também refletiam o modo de pensar da Igreja. Muitos eram guardados e preservados, mesmo que não acompanhassem o pensamento dos teólogos ou cientistas e pensadores “aprovados” pela Igreja. No entanto, o acesso a esses livros não era permitido a todos. Os bibliotecários determinavam quais as pessoas que poderiam ler os livros desejados. Muitos deles nem eram conhecidos por todos, apenas pelos bibliotecários e por alguns dos pesquisadores.

Um bom exemplo dessa situação é o livro de *Umberto Eco*, *O Nome da Rosa*. Ele fez um grande sucesso na época em que foi lançado. Mais tarde, com base nele, foi produzido um filme, estrelado por *Sean Connery*. O livro tem sua primeira edição publicada em 1980 e o filme é de 1986.



Multimídia

Sobre o livro, veja comentários neste link:

<<https://www.coladaweb.com/resumos/o-nome-da-rosa>>.

Para saber mais detalhes sobre o filme e assistir ao trailer dele, acesse o link:

<<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-2402/>>.

2.5.4 Gutenberg

Mudanças vão ocorrer a partir do Renascimento. No final do século XV, mais precisamente em 1440, é inventado, no Ocidente, o tipo móvel que permite a impressão de várias cópias a partir de uma “matriz.” Essa invenção foi feita por *Johannes Gutenberg*. Disse que foi inventado no Ocidente, pois esse tipo de impressão já era conhecida na China vários séculos antes.

Para se ter uma ideia da importância dessa invenção, vamos nos valer do que diz *John Man*, autor de um livro sobre *Gutenberg*:

“Em 1455, todos os livros impressos na Europa poderiam ser carregados em um vagão simples. Cinquenta anos depois, os títulos chegavam a dezenas de milhares, os exemplares, a milhões. Hoje, livros que transbordam das impressoras chegam a bilhões por ano.” (2004, p. 14)

O mesmo autor acredita que essa invenção deve ser considerada como uma das mais importantes da área:

Em um gráfico da comunicação humana nos últimos cinco mil anos, a curva ascendente que vai do

grunhido ao correio eletrônico não é regular. Tem quatro pontos principais, cada um marcando momentos nos quais a comunicação atingia um novo nível de velocidade e alcance. O primeiro foi a invenção da escrita [...]. O segundo foi a invenção do alfabeto [...]. O quarto [...] é o advento da internet. (2004, p. 11)

O terceiro ponto é a invenção da imprensa com tipos móveis. Para o autor, “a imprensa mudou tudo tão completamente, que é difícil imaginar o mundo sem ela”. (2004, p. 11)

Figura 5 – Prensa de tipos móveis de 1811 em exposição em Munique, Alemanha.



Fonte: Wikimedia Commons¹²

Se nos lembrarmos, antes os livros eram copiados, um por um. A partir de *Gutenberg*, as letras eram encaixadas em uma sustentação, formavam-se textos com elas. A tinta era passada sobre as letras e um papel, de tamanho adequado sobre a sustentação das letras. Tudo era colocado em uma prensa (está vendo o porquê do nome “imprensa”?) e, quando esta era solta, uma página impressa estava pronta. Uma nova camada de tinta, um novo papel, o aperto da prensa, o desaperto dela e outra página estava pronta.

¹² WIKIMEDIA COMMONS. Matthias Kabel. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Handtiegelpresse_von_1811.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

Hoje, pensando nas grandes rotativas de jornais, na impressão acelerada das máquinas copiadoras, etc., isso pode parecer algo por demais vagaroso, mas, para a época, era uma revolução.

Além do mais, os copistas, mesmo sem querer, ou muitas vezes de maneira proposital, interferiam no texto. “À parte a tediosa e lenta produção, os copistas cometiam erros, que se multiplicavam a cada nova cópia, mimando a própria ideia da verdade que deveria se espalhar do centro para fora.” (MAN, 2004, p. 101)

O nome *Gutenberg* sempre aparece como alguém idealista, em busca de algo que pudesse transformar o mundo. Essa é uma verdade no entanto, o que realmente o motivava era o fator econômico. Ele queria “ganhar dinheiro” com essa invenção, e, claro, a partir de sua inegável inteligência e tino comercial, vislumbrou algo que era demandado pela sociedade da época.

Pensando assim, é fácil entender que a imprensa de tipo móvel não surgiu “do nada”, não brotou, não foi produto de geração espontânea, ela aparece como algo demandado pela sociedade e é construída a partir de interesses econômicos.

Sabemos, de fato, que ela revolucionou o acesso aos livros, provavelmente levou a que muitos sentissem a necessidade de se alfabetizar, de se inteirar do conhecimento do homem.

2.5.5 Informação

Em um dos textos didáticos de outra disciplina, você irá se aprofundar e saber mais sobre o surgimento da biblioteca pública. Não vou me antecipar, claro, mas vale lembrar que o surgimento dela, como nós a conhecemos hoje, ou seja, totalmente mantida pelo Estado e tendo a sociedade como seu interesse, foco e norte de ações e serviços, surge em 1850. Você também verá que os marcos não representam, verdadeiramente, o início de algo, mas valem como um apontamento e base para estudos.

A biblioteca pública surge no bojo de duas grandes revoluções: a Francesa e a Industrial. Esta última precisava de mão de obra qualificada para as máquinas que produziam as mercadorias. E a primeira exigia igualdade, fraternidade e liberdade. A exigência de igualdade leva à demanda por ensino para todos e, junto a ele, à abertura de bibliotecas.

O final do século XIX traz muitas mudanças na Biblioteconomia, como a edição da *Classificação Decimal de Dewey* (CDD); o catálogo dicionário; o arranjo sistemático; a criação da *American Library Association* (ALA); o primeiro Congresso da ALA; o serviço de referência, etc. Todas essas novidades aparecem a partir da implantação da biblioteca pública, são frutos de um momento de transformação não só da área, mas da sociedade.

As responsabilidades da biblioteca pública podem ser divididas, para efeito de análise e estudo, em quatro grandes segmentos: educacional, cultural, recreacional e informacional. No outro texto didático, esses quatro segmentos serão discutidos, mas vale a pena nos retermos um pouco no último deles, ou seja, o informacional.

Essa responsabilidade, no âmbito da biblioteca pública, começa a aparecer no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Muitos pesquisadores e estudiosos da área entendem que a Ciência da Informação tem como marco um texto de *Harold Borko* chamado “*Information Science: what is it?*”. Esse texto foi publicado em 1968. Observaram a

data? Ela coincide com as datas relativas ao marco da responsabilidade informacional na biblioteca pública. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação dialogam e possuem muitos interesses comuns, têm histórias que podem até se confundir em alguns momentos, mas são distintas. Mesmo assim, neste caso específico, há uma grande coincidência. E essa coincidência é provocada por um momento histórico, por uma demanda informacional, por uma demanda por informação vinda da sociedade.

Em suma, a história das bibliotecas, a da Biblioteconomia e a do conhecimento se confundem, não podem ser separadas ou entendidas de maneira isolada, sob pena de se ter uma visão estreita e limitada não só do passado, mas do que ocorre hoje e das perspectivas da área para o futuro.

As bibliotecas e os bibliotecários não vivem isolados, ao contrário, interagem com o mundo, com as pessoas, com a comunidade onde estão inseridos, com a sociedade. Nessa interação, por vezes são influenciadores e por vezes influenciados.

O mesmo se dá com a Biblioteconomia, também ela não vive como uma área do conhecimento humano isolada, relaciona-se com as outras áreas, sendo influenciada e influenciando. A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar, ou seja, depende de outras para se construir, ao mesmo tempo que colabora com suas teorias e práticas para a construção e desenvolvimento dessas outras áreas.

Nós dialogamos com o mundo. Não só lemos o mundo, mas escrevemos a todo momento. Deixamos marcas escritas no mundo. Nosso diálogo pressupõe duas direções: a influência do mundo sobre nós e a nossa influência sobre ele.

Somos objeto e sujeito do mundo. Estou tentando dizer que objeto e sujeito estão sempre em relação, se mesclando, interagindo. Eles dialogam, conversam. O objeto é mais importante e define o sujeito? O sujeito é mais importante e define o objeto? Essa discussão é tão antiga quanto a filosofia. Muitos defendem que a realidade determina o sujeito. Outros, ao contrário, entendem que o sujeito é quem, de fato, existe, condicionando a realidade. Eu sigo a concepção de que o objeto e o sujeito se constroem, não sendo um superior ao outro.

Construímos nosso conhecimento, mas sempre na relação, sempre no diálogo. O conhecimento é produto de uma ação individual e coletiva ao mesmo tempo.

Somos produto de tudo o que já passou no mundo. Não somos sujeitos só do presente, mas do passado. E mais: estamos construindo e interferindo no futuro.

O conhecimento não está apenas nos livros, nos registros formais: ele está em cada ação do homem, em cada ação minha, em cada ação sua. Contribuímos, de forma mais ou menos intensa, para construção do conhecimento da humanidade.

2.6 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO SOCIAL DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO

Existe uma história do homem e uma história do conhecimento, separadas? Eu afirmo para vocês que não. Por quê? A história do conhecimento se mistura, se mescla com a história do homem. Elas não existem separadas, são dependentes uma da outra.

Por exemplo: um ser humano, vivendo na Idade Média, poderia “inventar” uma nave espacial? Alguém teria condições, naquela época, de pensar em um automóvel? Nem mesmo na Revolução Industrial estávamos ainda, não é mesmo?

Seria impossível inventar algo que necessitaria de conhecimentos que ainda não existiam.

Viagem à Lua, escafandros e submarinos foram antecipados pelo gênio de *Julio Verne* nas obras de ficção que ele escreveu. Mesmo assim, esse autor viveu no século XIX. Acho que você talvez tenha lido algum livro dele, como *Vinte mil léguas submarinas*, *Viagem ao centro da Terra*, *A volta ao mundo em 80 dias*, *Os filhos do capitão Grant*, entre outros. Hoje as ideias dele não têm tanto impacto, porque convivemos com muitas das coisas que ele idealizava na época em que viveu, mas imagine alguém falando de viagem à Lua em 1860, 1870? As pessoas achavam um absurdo e toleravam porque se tratava de uma obra de ficção científica e não de uma obra científica.

A história do conhecimento, como eu dizia acima, se mescla com a história do ser humano.

Os suportes de informação e de conhecimento, a exemplo do que discutimos anteriormente, sofrem mudanças e transformações de acordo com as mudanças e transformações sofridas historicamente e ao longo do tempo, pela sociedade.

Livros ou suportes antigos trazem as ideias e concepções que circulavam na época. Muitas dessas ideias devem ter se perdido, pois seus suportes se perderam. Sabemos de muitos livros que foram escritos e que desapareceram: queimados, roubados, intencionalmente descartados etc. Outros desses suportes tiveram seus conteúdos alterados ou apenas partes deles chegaram até nós.

Como dizia, o conteúdo dos livros reflete o que se vivia no momento em que foi registrado. Um grande filósofo que você certamente conhece, *Aristóteles*, entendia e defendia a escravidão. Como um filósofo pode defender algo assim? Todo filósofo, todos os que pensam o mundo, mesmo os que estão além de seu tempo, não escapam dele.

Outros autores, incluindo os de ficção, apresentavam o que se vivia em seu tempo. Há muito que vivemos em um sistema patriarcal. A história nos conta isso e o sabemos porque livros de autores antigos nos contam. Como era o dia a dia dos que viviam no século XIX, ou no

século XX? Minha mãe, por exemplo, não trabalhava, cuidava de nossa casa. Na época em que nasci, na década de 1950, muitas mulheres não trabalhavam “fora” (como se dizia), dedicando suas vidas a cuidar dos maridos e filhos. Hoje, o número de mulheres que se dedicam apenas às tarefas domésticas é muito menor do que no período da minha infância. E aquelas mulheres não tinham simplesmente uma escolha, uma opção de vida, mas eram preparadas, dependendo da classe social em que nasceram, para essas tarefas. A escolha não era uma mera opção, dependia de vários aspectos. O próprio marido havia sido educado para ser o provedor do lar, a pessoa que deveria sustentar a família. Vivíamos, e ainda vivemos, como disse acima, em um patriarcado.

A história nos conta que já vivemos tipos de constituição de família diferentes dos de hoje. Há um autor chamado *Friedrich Engels* (que escrevia com outro autor chamado *Karl Marx*) que publicou um livro, desta vez sozinho, chamado *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Para quem quiser conhecer um pouco mais sobre o assunto, vale a pena ler esse livro.

O surgimento do livro muda as formas de suporte da escrita. O livro não existe desde sempre. Antes dele, muitas outras formas foram usadas pelo homem para registrar seus momentos, o ambiente em que vivia, seus sentimentos, suas angústias, em suma, sua história. Todos sabem que as cavernas se transformaram em locais em que o homem, utilizando como escrita o desenho e a pintura, registrou o que entendeu importante legar para os que viessem posteriormente.

O livro e a imprensa de tipos móveis possibilitaram a produção e distribuição de grandes quantidades de exemplares de uma mesma obra, se contrapondo à produção individual e única realizada pelos copistas. A partir do livro como o entendemos hoje, o acesso ao conhecimento foi ampliado e houve uma diminuição, embora não tão grande quanto gostaríamos que fosse, da elitização do conhecimento.

Para que o livro pudesse de fato se concretizar como suporte da escrita, foi preciso que, anteriormente, surgisse o papel. O papel é o mesmo de quando surgiu? É evidente que não. Os livros antigos tinham um tipo de papel que permitia uma maior durabilidade, ao contrário dos de hoje, que tendem a se deteriorar com maior rapidez ou, para ser menos enfático, que têm uma vida útil menor do que os livros antigos.

O papel continua a se modificar. Fala-se hoje no superpapel.



Multimídia

Na *internet* você pode encontrar muitas informações sobre esse super papel. Recomendo um texto curto e bastante informativo, de autoria de *Valéria Gauz*, sobre o tema:

<http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1039>.

Fonte: GAUZ, V. O super papel. 09 de fevereiro de 2017. In: ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Infohome** [Internet]. Marília: OFAJ, 2017.

Antes e concomitantemente ao livro, a transmissão do conhecimento dava-se de maneira oral. A oralidade ainda hoje é um suporte de divulgação do conhecimento, embora muitos nos querem fazer crer que esse tipo de veiculação é tão somente vinculado às classes populares, aos saberes populares e, portanto, “menor” do que o saber da ciência, este gravado em suportes que resistem ao tempo e perenizam o que se quer preservar.

Figura 6 – O cordel mescla texto e oralidade.



Fonte: Wikimedia Commons ¹³

Com o surgimento dos computadores, mudam também as formas de suporte da escrita. A inclusão dos vários segmentos da multimídia só é possível quando usamos os suportes eletrônicos.

O teatro possibilitou a junção de vários segmentos da multimídia: o texto escrito – criado por um dramaturgo –, a oralidade – os atores representam a peça teatral se utilizando, na imensa maioria dos casos, da voz –, a imagem fixa – os cenários, mobiliários, vestimentas, etc. –, a imagem em movimento – o gestual e a comunicação corporal dos atores, tudo isso se mescla na composição da peça teatral. No entanto, ela ocorre em um momento, não podendo ser registrada, sob pena de se transformar em outra coisa (vídeo, filme, foto, etc.).

Os computadores, em especial com o advento da “web”, permitiram que esses segmentos da multimídia pudessem interagir em um único produto e, se o produtor desejasse, esse produto poderia ser reproduzido inúmeras vezes. A recuperação estava possibilitada.

Os registros continuam se modificando. Com os celulares, acredito que a oralidade está ganhando um novo espaço como veículo transmissor de informação, conhecimento, comunicação e entretenimento. As pessoas carregam os celulares consigo em todos os lugares que frequentam e, o mais importante, para o bem ou para o mal, fazem uso dele de maneira constante e incansável. O celular permite que as pessoas falem entre si, que comuniquem fatos e acontecimentos importantes, mas também que

¹³ WIKIMEDIA COMMONS. Diego Dacal. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Literatura_de_cordel.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

falem amenidades, às vezes apenas para poder ouvir a voz do outro, de um amigo, parente etc., ou mesmo apenas para quebrar um pouco da solidão, marca do nosso tempo. Mas, além de falar, a pessoa pode ler um livro, pode se atualizar acessando notícias, pode matar curiosidades via sites de busca, pode matar o tempo com jogos de entretenimento. Em qualquer lugar, não importa a distância ou o tempo, o dono de um celular, de um computador, de um *tablet* pode entrar nas redes sociais e ter notícias de amigos e parentes; pode acessar vídeos e imagens; pode se posicionar em relação a ideias de outros ou a posturas em relação aos costumes, à política, à economia etc. Por outro lado, o celular nos impede de “ver” o mundo que está à nossa volta, nos impede de interagir com esse mundo. Nossos contatos são cada vez mais virtuais.

A nossa solidão sempre contou com a informação e o conhecimento como forma de amenizá-la. E eles, informação e conhecimento, estão presentes entre as nossas necessidades principais, tanto em adquiri-los como em disseminá-los. O homem vive a angústia da procura do conhecimento, mesmo sabendo que nunca o conseguirá, por inteiro. Assim como o homem, o conhecimento é inacabado, é algo em construção, é um processo sem fim.



2.6.1 Atividade

Das bibliotecas elencadas nesta aula, escolha uma delas e faça uma pesquisa buscando mais informações sobre o seu início e construção, em suma, sua história.

Resposta comentada

A proposta do exercício era a de levá-lo a fazer uma pequena pesquisa. Isso o tornará mais autônomo no manuseio de fontes de informação. Em uma outra disciplina você estudará mais sobre isso.

De qualquer forma, você viu como é fácil encontrar informações sobre qualquer coisa que lhe interesse.



2.6.2 Atividade

Assista ao filme *O nome da Rosa*. Você facilmente o encontrará. Preste atenção em como era a biblioteca e depois responda: Como os monges tinham acesso aos livros da biblioteca? Por que o bibliotecário-chefe escondia livros?

Resposta comentada

A biblioteca tratada no filme ficava num mosteiro beneditino, na Itália medieval, e guardava obras importantes da sabedoria gre-

ga e latina. Apenas alguns monges tinham acesso aos livros da biblioteca, que ficava sob controle do bibliotecário-chefe.

Este não era apenas o guardião, mas era também quem determinava o que os outros monges poderiam ler. Alguns livros eram proibidos pela Igreja, mas, exercendo seu poder, o próprio bibliotecário-chefe determinava a proibição de outros, baseado apenas em seus interesses e entendimentos.

Dentre os livros que escondia, um deles estava envenenado e poderia ajudar a desvendar os assassinatos misteriosos ocorridos naquele mosteiro.

2.7 RESUMO

As histórias das bibliotecas, da Biblioteconomia e do conhecimento se integram, não podendo ser analisada e “contada” de maneira isolada. Cada momento dessa história se constrói a partir das relações sociais, das exigências e demandas da sociedade.

A própria escrita se confunde com a leitura, e determinar quem “nasceu” primeiro apresenta-se como algo difícil e talvez impossível. Desde Nínive, considerada por muitos – e até agora – a primeira biblioteca, passando pelas bibliotecas romanas, as existentes na Idade Média, incluindo a invenção de *Gutenberg*, a responsabilidade informacional das bibliotecas e o estágio atual delas, em cada um desses marcos um momento histórico esteve relacionado a esses eventos.

A biblioteca, a Biblioteconomia, o conhecimento, seus registros e nós mesmos não existimos sozinhos, isolados. Somos produtos da relação; nos construímos na relação; somos dependentes da relação e dos outros.

UNIDADE 3

CULTURA E SOCIEDADE

3.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar ideias sobre cultura, vinculando-a aos interesses da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e, em especial, relacionando-a com aspectos e demandas sociais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- a) conhecer ideias e conceitos sobre cultura;
 - b) relacionar cultura e a área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação;
 - c) caracterizar as relações entre a cultura e os aspectos sociais da Biblioteconomia e do fazer do bibliotecário.
-

3.3 INTRODUÇÃO

Cultura: eis um tema difícil de se trabalhar ou estudar. Aliás, praticamente todos os temas são difíceis de se trabalhar, pois a maioria das coisas é complexa.

Como comentado anteriormente, o termo *cultura* é polissêmico (lembra?), ou seja, há vários conceitos, várias formas de entender cultura.

Lembro que, certa vez, estudando a ideia de cultura para um trabalho que estava desenvolvendo, encontrei um livro que trazia uma enorme quantidade de conceitos de cultura.



Explicativo

O que é polissemia

Polissemia é um conceito da área da **linguística** com origem no termo grego **polysemos**, que significa **'algo que tem muitos significados'**. Uma palavra polissêmica é uma palavra que reúne **vários significados**.

A palavra 'vela' é um dos exemplos de polissemia. Ela pode significar a vela de um barco; a vela feita de cera que serve para iluminar ou pode ser a conjugação do verbo velar, que significa estar vigilante.

As diferentes variantes de significado podem depender da afinidade etimológica do vocábulo em causa, do seu uso metafórico e, em última instância, do contexto em que se insere, onde, na prática, o termo fica monossêmico, assegurando desta forma a comunicação.

A polissemia constitui uma propriedade básica das unidades léxicas e um elemento estrutural da linguagem. O oposto da polissemia é a monosssemia, onde uma palavra assume só um significado. (SIGNIFICADOS, 2019).¹⁴

Podemos também consultar o *Dicionário Aurélio*:

- a) "S. f. O ter uma palavra muitas significações." (p. 515)¹⁵

Além das duas definições acima, é possível nos valermos de uma terceira, oferecida em outro dicionário:

- a) "**polissemia** *polysemy* Ling qualidade do termo que apresenta dois ou mais significados, independentes ou sobrepostos. <=> ambiguidade, plurivalência." (p. 285).¹⁶

¹⁴ Essa definição pode ser encontrada acessando-se o link disponível em: <<https://www.significados.com.br/polissemia/>>. Acesso em 19 jan. 2019.

¹⁵ FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

¹⁶ CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brijquet de Lemos, 2008.

Você deve estar se perguntando por que eu apresentei três definições para o termo “polissemia”. Cada um dos documentos apresentados estava voltado para um determinado público, e a explicação para o termo acompanhava os interesses de cada um desses públicos. Na essência, todos dizem a mesma coisa, ou seja, que polissemia significa mais de um conceito existente para um determinado termo. Isso se dá pois buscamos uma explicação, uma definição para o termo. Polissemia tem sua origem na Linguística e tenta explicar um determinado fenômeno. No entanto, a própria ideia de “conceito” pode ser discutida (além, inclusive, da de fenômeno). Veja novamente os significados e você notará que a primeira definição nos diz que polissemia significa “algo que tem muitos significados”. A segunda, a do *Aurélio*, nos diz que polissemia se refere a “uma palavra” ter muitas significações. Por último, a definição de *Murilo Cunha* e *Cordélia Robalinho* afirma ser a “qualidade do termo que apresenta dois ou mais significados.” Um refere-se a “algo”, outro, a uma “palavra” e o terceiro, a um “termo.” Cada um voltado para seu público.

No caso do termo *cultura*, isso também está presente, como veremos mais adiante.

De um lado isso é ruim, pois temos que “navegar” e trabalhar com muitas formas de compreender o termo. Por outro lado, isso é bom, pois não nos amarra, não nos tolhe em nosso pensar, em nossa reflexão.

Tudo o que é fechado, determinado, entendido como correto, como verdade, tende a ser algo estanque, que não se desenvolverá, pois não possibilita o debate e as discussões. No caso da cultura, ao contrário, o debate e as discussões fazem parte da sua própria essência.

Bom, mas não vamos colocar os carros adiante dos bois, certo? Esse é um ditado antigo, mas que a maioria das pessoas entende.

3.4 CULTURA – CONCEITOS

Quando você ouve a palavra “cultura”, qual a primeira coisa que lhe vem à cabeça? Uma pessoa inteligente, uma pessoa letrada, que lê muito. Talvez você tenha pensado: *livro*. Cultura e livro são termos que sempre aparecem relacionados. Mesmo que isso não seja de todo verdade.

A relação entre duas coisas permite que uma propriedade passe para a outra. Isso a publicidade usa constantemente. Se você vê um tigre vinculado a uma marca de gasolina, inconscientemente você vai identificar a gasolina com a força do tigre, com a rapidez, com a agilidade do tigre. Mesmo que a gasolina, por exemplo, não seja tão forte assim. De igual modo, pode ocorrer essa “passagem” de propriedade de um homem forte, viril, valente, ousado, sobre um cavalo, desbravando terras inóspitas, vivendo aventuras de forma destemida para uma determinada marca de cigarro. Mas nós sabemos que o cigarro não vai transformar o fumante naquele homem idealizado.

Muitas vezes essa relação ocorre apenas pelo fato de duas coisas estarem sempre juntas.



3.4.1 Atividade

Vamos fazer uma pequena brincadeira.

Vou pedir para você responder a uma questão. Pode dizer em voz alta ou simplesmente de forma silenciosa, para você mesmo. No entanto, você deve responder a primeira coisa que lhe vier à cabeça. Não vale ficar pensando muito, ok?

Lá vai a questão:

Diga uma fruta que não seja “pera”.

Resposta comentada

E aí, respondeu?

A maioria das pessoas responde “maçã”. Isso ocorre porque as barracas nas feiras livres e nos supermercados sempre oferecem a maçã junto ou próximo à pera. Quando compramos alguma fruta para presentear um doente, quase sempre é maçã ou pera. Nunca vi ninguém presenteando um doente com uma jaca. Vale complementar que a escolha pela “maçã” ocorre pelo fato de haver uma ampla similaridade com a pera, tanto em termos de sabor quanto de formato (é comum associar ambas as frutas pela forma que possuem) e ainda em termos de vitaminas (A, C e E), energia, carboidratos, proteínas, fibras e outras substâncias. Isso mostra que a semelhança não está apenas no formato, mas em vários aspectos que estimulam a associação entre as duas frutas.

A relação é preexistente e também o é em nosso imaginário.

Cultura e livro, no imaginário das pessoas, estão sempre em relação, não é verdade? Quem lê é considerado mais culto, mais inteligente do que aqueles que não leem.

Apesar da relação, é verdadeira a ideia de que quem lê é mais culto do que os que não leem? Eu respondo que sim e que não. Sim, porque a leitura lhe permite conhecer novos povos, situações, fenômenos, pessoas, vidas. Com a leitura obtemos muitas informações. Não, porque não basta apenas a leitura, é preciso que a pessoa reflita, coloque em questão o que está lendo. E, principalmente, devemos considerar o conteúdo do que está sendo lido.

Todo livro é bom?

Um livro com erros gramaticais pode ser considerado uma boa leitura? Muitos vão dizer que não. Categoricamente, não. Mas eu vou dizer que não e que sim. Não: parece óbvio, uma vez que as pessoas serão levadas a cometer os mesmos erros presentes no livro; ou porque o escritor que comete erros gramaticais pode não se fazer entender, ou seja, os erros podem levar o leitor a compreender algo diferente daquilo que o autor pretendia dizer.

E por que sim?



Porque o livro é uma forma de divulgarmos nossas ideias, nossas concepções, nosso modo de ver, entender e explicar o mundo. Pelo livro, posso contar histórias, verdadeiras ou não; posso dizer coisas que me aconteceram ou que aconteceram com pessoas que conheci, com pessoas que vi, com situações que me contaram; pelo livro posso levar outros a conhecerem meu lugar, meu país, minha cultura. Quem não escreve seguindo os padrões determinados como “linguagem culta”, dentro da “norma padrão”, fica impossibilitado de veicular e disseminar suas ideias. Ou seja, só os considerados “cultos” podem transmitir suas concepções, suas formas de ver e entender o mundo. Guarde isso, pois voltaremos a conversar sobre esse assunto um pouco mais adiante.

Se perguntarmos para algumas pessoas o que é cultura, é possível que parte delas diga que o termo se refere a agricultura, ou seja, a uma plantação de um determinado produto, por exemplo: cultura do milho, cultura da soja, etc. Provavelmente, as pessoas que dizem isso são aquelas que vivem no meio rural e têm a agricultura como a sua relação mais forte com o mundo. Os que vivem na zona urbana provavelmente não terão essa ideia como a principal, a mais importante na ideia de cultura.

Outros dirão que cultura está relacionada com as artes. Essa concepção é muito mais comum do que aparenta. Alguns “canais” de televisão fazem essa relação, por exemplo: *TV Cultura*, *Canal Arte 1*, etc. O mesmo acontece com suplementos de jornais que chamam as páginas dedicadas às artes – como filmes, peças teatrais, exposições de artes, etc. – de “caderno cultural”. Dentro desta ideia, há outra dela derivada: há uma cultura “melhor” que as outras, uma cultura de “repertório alto”. E uma cultura, digamos, “menor”, do “povo”, “brega”. E esta não é considerada como, de fato, cultura.

A cultura de “repertório alto” abrange as peças teatrais clássicas, como *Shakespeare*, *Molière*, as tragédias gregas, etc. No cinema, os filmes de diretores como *Buñuel*, *Fellini*, *Bertolucci*, *Welles*, *Bergman*, etc. Na pintura, artistas impressionistas, expressionistas, adeptos do Realismo, etc. Na música, os clássicos, como *Bach*, *Beethoven*, *Mozart*, *Tchaikovsky*, *Chopin*, *Vivaldi*, etc. Poderíamos citar para cada expressão artística aquelas que representam o que se considera de “melhor” daquela arte. Aliás, o que se “entende” como a verdadeira arte.

Por outro lado, há uma arte que é considerada menor. Essa, quase sempre, é identificada como a proveniente do povo, como oriunda de uma expressão popular, é a arte popular. Essa arte, assim entende a concepção mais relacionada à elite da sociedade, tem um interesse mais vinculado ao exótico, ao folclórico. Deve ser preservada, mas não deve ser considerada como arte.

Claro que não estou defendendo determinadas produções que têm apenas interesse comercial. Essas, é bom lembrar, são muitas. Tais produções, quando muito, devem ser consideradas como entretenimento. Há muitos exemplos no cinema, no teatro, na música, enfim, em todas as formas de manifestação artística. Na música é fácil observar a deturpação de gêneros musicais em arremedos com o objetivo único de lucro. Rádios e TVs cobram “jabás” (pagamento para veiculação de músicas) e veiculam músicas não pela sua qualidade ou por demanda da população, mas porque redundam em verbas para a emissora. Exemplos não faltam: o que foi feito com a música sertaneja tradicional (ou música caipira, música de raiz), o funk original e muitos outros.

A diferença na concepção da arte considerada de “repertório alto” e a arte popular fica clara quando os amantes da música clássica dizem que qualquer obra deve ser ouvida em silêncio, permitindo ao ouvinte ser inebriado pela música. Dançar, se agitar ou mesmo acompanhar como um maestro durante a execução de uma obra musical clássica seria um desrespeito, uma ação dos ignorantes, dos que não sabem apreciar uma boa composição.

O folclore, por exemplo, é entendido como a manifestação da cultura popular e deve ser preservado, pois é a única forma de cultura do “povo”. Ele, povo, não “faria” cultura. A que existe é a do passado e deve ser preservada sob pena de desaparecer. Nesse caso, não haveria mais cultura do povo.

Figura 7 – Só esta pode ser considerada a “verdadeira” música?



Fonte: Wikimedia Commons¹⁷

A arte está relacionada, podemos afirmar a partir do que vimos antes, a classes sociais. A arte, ou o entendimento de cultura como arte, é mais uma forma de diferença entre as classes sociais. Mais uma forma de determinar distâncias entre as classes sociais.

Isso significa dizer que, sim, há expressões mais elaboradas artisticamente, com arranjos mais sofisticados, com estruturas melódicas mais complexas, no caso da música; com técnicas de construção de uma obra de pintura ou de escultura que exigem mais estudos, no caso das artes plásticas; com redações que exigem conhecimentos prévios, acervos de leitura e experiência para serem entendidas, com vocabulários mais eruditos, no caso da literatura; com tramas mais complexas, movimentos de câmeras inusitados, diferenciados, diálogos mais bem desenvolvidos, no caso do cinema; e assim por diante. Esses pontos elencados são diferenciadores, mas não exatamente identificam uma obra de arte como melhor ou mais verdadeira. As obras de arte presumem uma relação mais próxima de determinadas classes sociais com elas, o que lhes dá o status de “excelência” em relação a outras. Reparem que eu disse “que lhes dá”, o que não pode ser entendido como “elas são”.

¹⁷ WIKIMEDIA COMMONS. Marcio de Assis. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orquestra_Simon_Bolivar_07042013.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

Nós damos a outras pessoas o direito de nos dizer o que é melhor para nós. Mas elas não se baseiam apenas na qualidade do que é analisado, mas outros tantos critérios são incluídos nessas análises.

Já vimos alguns significados para o termo “cultura”. Existem vários outros.

Alguns chegam a dizer que tudo é cultura. Até esporte seria cultura. Não é bem assim. Mas repare que cada país tem um esporte que prevalece sobre os demais. No Brasil, por exemplo, gostamos de futebol. Gostamos de outros esportes também, mas futebol é o que prevalece. Em outros países, o esporte preferido pode ser outro. Os estadunidenses, por exemplo, gostam de beisebol, basquetebol e futebol, aqui adjetivado de “futebol americano” para diferenciar do nosso futebol. Aliás, por curiosidade, o que aqui chamamos de futebol nos Estados Unidos é chamado de *soccer*. Na Venezuela, por exemplo, o esporte preferido é o beisebol. Há países onde entre os esportes preferidos, há alguns bem diferentes para nós, como *sumô*, no Japão, que é um esporte de luta; ou o hóquei, no Canadá, e assim por diante.

Você acha que todos devem gostar de futebol? Gosta de futebol quem... gosta de futebol. Na Argentina, além do futebol, um esporte que agrada muitos é o *rugby*. Gosta de *rugby*, quem... gosta de *rugby*.

Entre esses conceitos apresentados, você pode perguntar: – Mas, se há muitos conceitos, qual é o certo?”

Não há um conceito certo, existe o conceito que mais está adequado aos seus pensamentos, às suas concepções, às suas verdades, aos seus interesses de momento.

3.5 CULTURA – CONCEITO ANTROPOLÓGICO

Para nós da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o conceito com o qual trabalhamos é o que entende cultura vinculada a uma concepção antropológica.

Para nós, a ideia de cultura é a de algo que vem sendo construído historicamente e sempre vinculado à sociedade, às transformações, mudanças, alterações sociais. E mais: abrange o modo de vida de uma sociedade, os valores, as normas, os gestos, os comportamentos, as tradições, a comida (incluindo seu preparo), as vestes, as danças, os ritmos, as histórias, os comportamentos, etc.

A cultura não está aqui sendo entendida como sinônimo de conhecimento, sabedoria, erudição, expressões artísticas ou relacionada com a agricultura, embora tenha vínculos com todos esses itens.

Há muita literatura sobre cultura. Na biblioteca da minha casa encontrei vários livros que abordam e tratam do tema. Vou incluir as referências no final desta aula, mas devo alertar que alguns livros são direcionados para aqueles que desejam, efetivamente, pesquisar o assunto.

Outros têm seu foco em um público que está iniciando as discussões sobre cultura.

O primeiro livro de que vou me valer é o de *Terry Eagleton*, e vou utilizá-lo exatamente por seu início:

[...] *cultura* é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é considerado seu oposto – ‘natureza’ – é comumente conferida a honra de ser o mais complexo de todos.” (2005, p. 9).

O autor reforça o que eu dizia no início, ou seja, a dificuldade em definir cultura, seu caráter polissêmico, sua complexidade.

Se uma coisa é complexa, pode ficar ainda mais complicada. Um autor chamado *Roque de Barros Laraia* escreveu um livro chamado *Cultura: um conceito antropológico*. Nesse livro ele afirma que não há um único conceito de cultura na Antropologia, ao contrário, os pesquisadores dessa área se dividem em formas diferentes de entender o termo. Vale a pena recorreremos a dois trechos desse livro:

No final do século XVII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por *Edward Tylor* (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (1986, p. 25)

O conceito com o qual ele trabalha nesse momento do livro é do final do século XIX. Mas, na página 65 de seu livro, *Laraia* (1986) nos diz que “[...] o leitor já deve ter compreendido que a discussão não terminou – continua ainda –, e provavelmente nunca terminará, pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana”.

Deu para perceber por que não é possível dizer qual o conceito “certo”?

Do mesmo jeito que não há um conceito certo, também não há uma cultura “certa”, uma cultura “melhor” do que as outras ou a “verdadeira” cultura.

O próprio *Laraia* vai nos dizer que:

São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avaros e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto,

e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses. (1986, p.17)

O livro do qual retirei as últimas citações merece ser lido. O autor utiliza uma linguagem acessível e compreensível. Leia o livro por inteiro se considerar que o tema é interessante e importante para você. Muitos gostam do assunto e querem pesquisar mais. Procure em uma biblioteca perto de sua casa, se houver. Caso não consiga, é bem possível que nos sebos (locais que vendem livros usados), tanto os físicos como os virtuais, você o encontre a um preço razoável.

Vou trazer outro autor agora, para continuarmos nossa conversa sobre cultura. Seu nome é *Waldenyr Caldas* e o livro se chama *O que todo cidadão precisa saber sobre cultura*. Ele começa seu livro dizendo:

O termo cultura possui hoje diversos conceitos. Para se ter idéia de sua abrangência, estudiosos de diferentes áreas do conhecimento como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo, já dedicaram parte do seu trabalho ao estudo específico do termo sem, no entanto, chegarem a um consenso. (1986, p.11)



Explicativo

No trecho que reproduzi do livro do *Waldenyr Caldas*, a palavra “idéia” está com acento. Com a reforma ortográfica mais recente, esse acento não mais existe. Mas as normas para citação determinam que devemos reproduzir textos exatamente como estão no original, incluindo formas ortográficas antigas. Portanto, não se assuste com esse acento, ele está errado se seguirmos a ortografia válida hoje, mas está certo se seguirmos as normas de citação.

Waldenyr Caldas, reproduz conceitos que ele pesquisou no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de *Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*. Diz ele, que há oito conceitos diferentes de cultura. Fui verificar no meu exemplar do dicionário e só localizei seis, pois a edição que tenho é mais atualizada e mais condensada. A diferença de quantidade de conceitos, neste caso, é irrelevante. Devemos considerar o conceito que *Waldenyr* considerou mais importante entre os oito que ele localizou no “*Aurélio*” (como o dicionário é popularmente conhecido). Cultura é:

[...] o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização: a cultura ocidental; a cultura dos esquimós. (CALDAS, 1986, p. 11).

O autor continua:

Assim, e conforme o conceito acima – o que podemos entender por cultura? Cultura, quando aplicada ao nosso estilo de vida, ao convívio social, nada tem a ver com a leitura de um livro ou aprender a tocar um instrumento, por exemplo. Na realidade, o trabalho do antropólogo, estudioso da cultura humana, começa pela investigação de culturas, ou seja, pelo modo de vida, padrões de comportamento, sistema de crenças, que são característicos de cada sociedade. (1986, p. 11-13)

Apesar de aparentemente diferentes, os conceitos até aqui apresentados possuem características muito próximas.

Vamos convidar mais um autor para o nosso debate, *José Luiz dos Santos*. Ele escreveu um livro chamado *O que é cultura*, publicado em uma coleção chamada *Primeiros passos*. Esse autor afirma que há duas concepções básicas de cultura.

As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto de preocupações que podemos localizar em duas concepções básicas.

A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou de uma nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. [...] o sentido em que se fala de cultura é o mesmo [...] dar conta das características dos agrupamentos a que se refere, preocupando-se com a totalidade dessas características, digam elas respeito às maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais. [...]

Mas eu disse que havia duas concepções básicas de cultura. Vamos à segunda. Neste caso, quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. (1985, p. 22-25)

A fala de *José Luiz dos Santos* evidencia a existência de vários entendimentos sobre cultura, embora ele apresente todos esses entendimentos divididos em duas concepções básicas. Se você atentar para o trecho do livro citado, perceberá que essas duas concepções não são tão diferentes assim. Claro que são diferentes, mas têm bases comuns. Anteriormente, tentei mostrar, espero que de maneira a ser entendido, que nós, da Biblioteconomia, focamos nosso interesse na concepção antropológica da cultura. A seguir, veremos isso de forma mais específica.

3.6 CULTURA E BIBLIOTECONOMIA

Apresentei para você vários conceitos de cultura, sempre dentro da perspectiva de que cultura tem vários conceitos em diferentes campos do conhecimento. Mas como esse conceito de caráter antropológico se relaciona com a Biblioteconomia?

A ideia, agora, é conversar com alguns poucos autores da área. O nosso problema maior é a falta de espaço para desenvolvermos melhor esta discussão, mas você, no decorrer do curso, em outras disciplinas e nas aulas expositivas desta, terá contato com vários autores que, entre outras coisas, abordarão este tema.

Um pesquisador da área, *Victor Flusser*, escreveu um artigo de revista, publicado em 1983, abordando a relação entre a cultura e a Biblioteconomia, entre a cultura e o fazer bibliotecário. Vamos ver o que ele nos diz:

A definição de cultura, isto é, não uma definição correta nem definitiva (me perdoem o jogo de palavras), mas a determinação do campo que consideraremos como sendo cultura é da maior importância para a reflexão e o gesto de ação cultural, assim como a prática da biblioteconomia. *Gordon Stevenson*, no seu texto *Popular Culture and Public Library*, é categórico ao afirmar que cultura, não importa como definida, é o domínio do bibliotecário, mas como ela é especificamente definida é que faz toda a diferença em o que o bibliotecário faz realmente, para quem ele o faz e como ele o faz.

Direi que de uma maneira extremamente sucinta, duas posições gerais podem ser destacadas face à conceituação de cultura, posições estas que determinam duas atitudes face ao problema cultural. Ou cultura é considerada como sendo o conjunto de objetos, obras, coisas feitas pelo homem, ou então como sendo a sua visão de mundo, conjunto de suas práticas sociais ou individuais. Segundo a primeira conceituação a cultura é um acervo formado pela natureza informada, isto é, pela matéria que adquire forma através do trabalho humano. Este trabalho seria o resultado da interrelação entre a resistência da matéria e a incidência da idéia do homem. Cultura, neste sentido, é a síntese da oposição dialética entre idéia e matéria. Mas a própria idéia do homem já pode ser considerada cultura, não no sentido de sistema de pensamento ordenado (que sem dúvida também já é determinado pela resistência do mundo e vontade humana). As próprias idéias do homem, a sua maneira de pensar e agir, podem ser consideradas como sendo a sua cultura, que neste caso, não é mais somente síntese dialética entre o trabalho do homem e a natureza, mas também e fundamentalmente, síntese das relações inter-humanas. Cultura, neste sentido, não será mais objeto, mas representação. Deste

ponto de vista, não há mais acervo cultural, mas contexto cultural.

Para o propósito de uma ação cultural, as duas posições diante da cultura – acervo e contexto – devem ser constantemente consideradas, pois a ação cultural é basicamente mediação e criação e acervo, inseridas em contexto cultural bem definido. (1983, p. 147-148)

A citação é longa mas importante, pois apresenta a cultura dentro dos interesses da Biblioteconomia.

É claro que você reparou que o autor faz alusão, quase todo o tempo, à ideia de “ação cultural”. Não é este o momento específico para estudarmos esse segmento da área. No entanto, gostaria que a “ação cultural”, seu significado e importância ficassem mexendo com a sua curiosidade.

O texto – de onde o trecho acima foi retirado – é de 1983, mas, na verdade, é ele uma síntese de uma palestra que o autor proferiu em um congresso de Biblioteconomia realizado em João Pessoa em 1982. Isso é importante, pois o congresso referido teve como tema central as bibliotecas comunitárias, a informação utilitária, a ação cultural e, por conseguinte, a concepção de cultura foi constantemente lembrada em boa parte das apresentações de trabalhos e das palestras.

Você reparou que o *Victor Flusser* diz, baseado em outro autor, que a cultura “é o domínio do bibliotecário” e que ele a divide em duas grandes posições: ou ela deve ser “considerada como sendo o conjunto de objetos, obras, coisas feitas pelo homem, ou então como sendo a sua visão de mundo, conjunto de suas práticas sociais ou individuais”. Ele as sintetiza em “acervo e contexto”. É com isso que o bibliotecário trabalha, não?

A preocupação e o interesse do profissional bibliotecário devem estar voltados para o acervo – objetos, coisas elaboradas pelo homem – mas também para o contexto, ou seja, para a visão de mundo do homem e suas práticas sociais ou individuais. Em ambos os contextos, nós bibliotecários devemos interferir, ser agentes de transformação do homem, a partir do trabalho com a informação, relacionada, neste caso, com a cultura.

Na história da Biblioteconomia, o período em que a pessoa está utilizando o termo é muito importante para determinar o significado dela. Como visto em outro momento, no início do século XX, em relação às bibliotecas públicas, os que atuavam nelas entendiam cultura como sinônimo de erudição, sabedoria. Todas as suas ações eram voltadas para isso. Assim, falavam em dar acesso a livros para que as pessoas obtivessem cultura, ou seja, inteligência, conhecimento. Ainda hoje, muitas bibliotecas trabalham com base nessa concepção e dirigem todas as suas atividades exclusivamente para a leitura ou ações que têm a leitura como base.

No momento em que a informação passa a ser o foco da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, em meados dos anos 1960, mais responsabilidades os espaços de informação tiveram que assumir. No Brasil e em outros países que passaram por graves problemas políticos, como ditaduras e governos autoritários, a importância da informação foi ressaltada e assumida, uma vez que a resistência àquela situação foi sustentada, entre outras coisas, na disseminação de informação – contrapondo-se à censura, à desinformação ou à contrainformação construída pelo outro lado.

Um dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de que gosto muito e que já utilizei em outra aula desta disciplina curiosamente não possui um verbete específico para cultura. Cabe lembrar que os textos da área de Biblioteconomia não possuem, em sua maioria, a preocupação em definir o termo “cultura”, quando fará ele parte de um artigo de revista, de trabalhos apresentados em eventos ou em materiais vinculados à academia. Como dizia, no dicionário citado não há um verbete específico para cultura, mas há um dedicado a “cultura corporativa”, identificada com “cultura organizacional.”

Esse “achado” se fez importante porque esse é um tópico muito pesquisado na Biblioteconomia, em especial no segmento da gestão da informação e do conhecimento. Você terá uma – ou mais de uma – disciplina para estudar o assunto, mas podemos incluir aqui a definição apresentada por *Murilo Cunha* e *Cordélia Cavalcanti*, autores do dicionário:

cultura corporativa => cultura organizacional. c. **da empresa** => cultura organizacional. c. **de massa** *mass cultura* COMN 1. “Tipo de cultura imposta pela indústria cultural” (AUR). <=> comunicação de massa, indústria cultural. 2. Influência dos meios de comunicação de massa sobre um grupo de indivíduos. c. **eletrônica** *e-culture, electronic culture* COM EDU “novas formas de expressão induzidas pelas tecnologias digitais e pela internet, que mudam os papéis das instituições culturais e o próprio conceito de cultura” (APD); cultura digital. c. **organizacional** *organizational culture* ADM SOC conjunto de valores e convenções, formais ou informais, existentes dentro de uma determinada instituição. (2008, p. 112)

Para a definição de *cultura organizacional*, sem nos aprofundarmos no assunto, vamos nos valer de um texto publicado pela *Marta Valentim*, pesquisadora e estudiosa do tema. O trecho a seguir mostra a visão da autora sobre o tema:

A organização de natureza pública ou privada tem um modo próprio de percepção do mundo, de criação de significado. A forma de agir convencional (valores, comportamentos, atitudes etc.) entre as pessoas de uma determinada organização denomina-se cultura organizacional. Se por um lado os indivíduos, que compõem a organização, influenciam diretamente na formação dessa cultura organizacional, por outro lado a própria organização influencia a formação de valores, comportamentos, atitudes etc., de cada indivíduo atuante nesse espaço corporativo. A cultura organizacional permeia toda organização, sendo sua essência a relação entre as pessoas, tanto no ambiente interno como no ambiente externo a ela. (2007, p. 16)

A autora usa um trecho de um livro de outro autor, *Schein*, e com suas palavras faz uma síntese da definição daquele autor:

Cultura organizacional é entendida como um conjunto de pressupostos básicos que um determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender

a lidar com os problemas de adaptação externa e de integração interna, e que funcionou bem o bastante para serem considerados válidos e ensinados aos novos membros da organização, como a forma correta de perceber, pensar e sentir. (2007, p. 16)

Poderíamos neste momento ampliar nossas conversas incluindo conceitos como “cultura popular”, “cultura elitista”, “indústria cultural”, etc., mas nossa intenção é a de nos situarmos no âmbito do interesse desta disciplina. Fica a dica para você continuar pesquisando e aprendendo. Não vamos esquecer que o aprendizado não tem fim, ele deve ser perseguido por toda a vida.



3.6.1 Atividade

Faça entre seus amigos e parentes uma rápida pesquisa. Pergunte a eles o significado da palavra “cultura”. Não dê qualquer dica, mesmo que eles digam que não sabem ou peçam alguma ideia. Se isso ocorrer, peça para que eles apenas digam a primeira coisa que lhes vier à cabeça.

Depois, compare as respostas com as discussões apresentadas nesta aula. Veja se as respostas são parecidas com as que dissemos (eu e outros autores) ou se elas são diferentes.

Resposta comentada

É provável que seus amigos e familiares tenham dado respostas bem diversas acerca do significado de “cultura”. Uns devem tê-la identificado como algo próprio do domínio artístico, enquanto outros devem ter considerado “cultura” qualquer manifestação de um povo. É possível que alguns tenham definido “cultura” em oposição à natureza, como aquilo que é feito pelo homem. Outros devem tê-la identificado com erudição, “bagagem intelectual”. Em suma, o fato de você encontrar muitas respostas e tão diferentes só reforça o caráter polissêmico do termo.



3.6.2 Atividade

Realize a leitura do artigo de *Fabrizio da Silveira e Alcenir dos Reis* intitulado *Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica*, publicado na *Revista Informação & Sociedade* em 2011 (Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740>>. Acesso em: 13 out. 2018) e faça uma breve síntese sobre os principais pontos levantados pelos autores referentes a:

- b) biblioteca pública como lugar de memória;
- c) biblioteca pública como lugar de cultura;
- d) biblioteca pública como lugar de educação e leitura.

Resposta comentada

Você deve ter percebido que o texto aborda a biblioteca pública – equipamento informacional ao qual a maioria da população tem acesso ou pode ter acesso – dentro desses três modos, ou seja, como um *lugar de memória*, na medida em que esse tipo de biblioteca tem como função, entre outras, a preservação e conservação da produção de conhecimentos da sociedade; como um *lugar de cultura*, uma vez que seu acervo “conta” a história, os hábitos, os valores, os costumes da sociedade; e como um *lugar de educação e leitura*, pois certamente você sabe que a biblioteca tem a preocupação de se fazer presente e participante das ações pedagógicas e de educação continuada, assim como tem o interesse no fomento da leitura.

3.7 RESUMO

A palavra cultura é polissêmica, ou seja, possui muitos significados. Definir cultura é algo difícil e complexo, pois a própria ideia de cultura é complexa.

Várias são as concepções que o termo cultura possibilita: desde uma concepção vinculada à agricultura, passando por conceitos relativos à sabedoria, erudição, conhecimento, inteligência; há ainda perspectivas que entendem a cultura envolvendo as artes ou exteriorizações e manifestações artísticas, até uma concepção com um sentido antropológico.

A Biblioteconomia tem “um pé” em várias dessas concepções, mas lidamos essencialmente com a ideia de que o profissional bibliotecário deve ter seus interesses e preocupações voltados para o acervo – objetos, coisas elaboradas pelo homem – e para o contexto – a visão de mundo do homem e suas práticas sociais ou individuais.

Marta Valentim, apoiada nas ideias de *Schein*, definiu **cultura organizacional** como:

[...] um conjunto de pressupostos básicos que um determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com os problemas de adaptação externa e de integração interna, e que funcionou bem o bastante para serem considerados válidos e ensinados aos novos membros da organização, como a forma correta de perceber, pensar e sentir. (SCHEIN apud VALENTIM, 2007, p. 16).

UNIDADE 4

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

4.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar ideias e conceitos sobre memória e patrimônio, visando possibilitar o conhecimento das bases teóricas e práticas desses temas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- a) conceituar memória;
 - b) identificar o que é patrimônio;
 - c) caracterizar as relações entre a memória, o patrimônio e a Biblioteconomia.
-

4.3 INTRODUÇÃO

Na parte introdutória desta disciplina, lembrei que a história de um povo se constrói a partir de seu passado. Creio que isso foi fácil perceber quando analisamos a relação entre os equipamentos informacionais e a sociedade; entre os suportes informacionais e a sociedade; entre o conhecimento e a sociedade.

É claro que você vai se recordar de que afirmei que a biblioteca, a Biblioteconomia e os bibliotecários eram objeto das transformações ocorridas na sociedade e, ao mesmo tempo, eram sujeitos dessas transformações. Não somos apenas influenciados, também influenciamos.

Na história do homem, da sociedade e das relações sociais, fazemos parte dela e somos produto das constantes e ininterruptas lutas e embates em busca do poder.

A busca pelo poder, entre outras coisas, gera grupos que dominam outros, que procuram preservar seu poder se utilizando de várias armas e ferramentas. Algumas são materiais, objetivas, palpáveis, concretizadas no âmbito do real; outras são intangíveis, virtuais, concretizadas no âmbito do imaginário, do ideológico (embora o ideológico não seja apenas intangível).

A preservação de um conhecimento específico, em detrimento de outros, é uma dessas ferramentas intangíveis. Não permitindo que os interesses, desejos e necessidades de grupos humanos possam se manifestar e se materializar em suportes concretos, inviabilizamos o desenvolvimento desses grupos e fortalecemos a existência de um único tipo de pensamento, de concepção, em detrimento de outros. Esse tipo de pensamento, de concepção, se traduz naquele de interesse de uma elite, não só econômica, mas social, política, educacional, cultural etc.

Podemos nos lembrar da censura imposta pela Igreja Católica Romana, que perdurou até além de meados do século XX. Tal censura era chamada de *Index Librorum Prohibitorum* e constava de uma lista com livros proibidos para os católicos. A Igreja, óbvio, tem o direito de manifestar sua contrariedade em relação ao conteúdo de determinadas obras, sejam escritas ou não, mas sempre se utilizou de formas de pressionar instâncias, públicas ou privadas, que, de alguma forma, estavam envolvidas ou relacionadas com a concretização das obras que constassem da lista censora. As pressões podem ocorrer diretamente sobre as editoras como também nas agências de fomento, leis de apoio e incentivo cultural, e instâncias de financiamento.

Quando menino, lembro que em alguns livros constava, no verso da página de rosto – e, às vezes, na própria página de rosto – a expressão “*Nihil Obstat*”, que significa, em latim, “nada obsta”. Isso significa que algum membro da Igreja havia autorizado a publicação do livro.

Esse não é um exemplo de censura?

Durante o regime militar, a ditadura que vivenciamos durante os anos de 1964 a 1985, muitos livros foram censurados: tiveram suas edições proibidas ou recolhidas. Em várias bibliotecas muitos livros foram retirados das estantes e levados para locais ignorados. Peças teatrais, filmes, obras de arte etc também foram recolhidas ou impedidas de serem expostas. Músicas foram censuradas e também o foram até novelas.



Multimídia

Para que você tenha acesso a mais informações sobre a censura no Brasil, estão indicados a seguir links para alguns textos e filmes sobre esse tema nesse período.

Os três primeiros se referem a estudos sobre a censura:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008>.

<<http://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/index.html>>.

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>>.

Os três próximos links também abordam o assunto, mas em forma de vídeos. *Ditadura e Censura* foi produzido pela *Rede Globo de Televisão*. Vale alertar que essa emissora foi uma das apoiadoras do golpe militar que redundou na ditadura de aproximadamente 20 anos. Em formato mais jornalístico, o vídeo pretende apresentar aspectos da censura no âmbito da cultura no Brasil:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9T6dZDMEo7s>>.

O vídeo chamado *Censura na Ditadura Militar – Brasil* possui uma abordagem mais artística sobre a censura. Utiliza recursos de som, imagens fixas e em movimento e lida com situações vivenciadas pelos artistas brasileiros no período da ditadura militar.

<<https://www.youtube.com/watch?v=b5hbPL7B9sA>>.

Este terceiro e último vídeo traz uma palestra, proferida pela professora pesquisadora *Dra. Sandra Reimão*, que trata sobre a censura de livros no período militar. O enfoque da palestra e da pesquisa é o livro e o que ocorreu com ele, não só em relação aos aspectos legais da censura – leis publicadas sobre a censura – como também o que vivenciaram os editores, livreiros e autores de livros.

<<https://www.youtube.com/watch?v=baeag5t54cc>>.

Da mesma forma, outras situações seguiram o mesmo caminho, obstaculizando a manifestação de ideias e concepções contrárias às entendidas como “oficiais.”

Mas não foi apenas a impossibilidade de materialização do conhecimento da maioria dos grupos da sociedade que se transformou em armas de defesa de um único modo de pensar. A destruição do passado de muitos povos também constitui tipos diferentes dessas armas.

A memória de um povo, quando destruída, pode redundar na própria destruição desse povo.

Quando falamos de memória, nos reportamos ao conhecimento, mas também ao patrimônio, que exterioriza a cultura de um povo.

Assim como a memória, o patrimônio faz parte dos interesses da Biblioteconomia, mas dentro de determinados parâmetros e a partir de certas características.

4.4 MEMÓRIA

Pensei em começar esta seção sobre memória de uma maneira que, do meu ponto de vista, facilitaria o entendimento dos aspectos conceituais do tema. Mas, na hora em que senti para escrever, simplesmente esqueci o que havia pensado.

Claro que essa é uma brincadeira, embora aconteça com todo mundo e com muita constância.

Comecei a seção falando de memória e acrescentando a ideia de esquecimento, pois memória e esquecimento existem e caminham juntas.

Quando pensamos em memória nos vem à mente a ideia de recordações, de lembranças; coisas que vivenciamos quando crianças ou quando adultos ou, ainda, que nos aconteceram dias ou horas atrás. A memória guarda e reproduz, quando desejamos, acontecimentos, situações de nossa vida. É bom fazer uma ressalva: não nos recordamos de fatos sempre que desejamos. As coisas, infelizmente, não são bem assim. Muita coisa se perde na memória ou se confunde com outras coisas, com momentos em que ocorreram, com pessoas ou situações diferentes.

Há coisas que quero lembrar, mas não sei se ocorreram quando eu tinha 5, 6, 8 ou 10 anos de idade. Algumas histórias, depois de um tempo, parecem que ocorreram com outras pessoas ou comigo, já não sei mais. Você já ouviu a expressão “A memória nos prega peças”? Pois é.

Numa das seções de tratamento dentário, minha dentista me disse que eu poderia sentir algum incômodo no dente restaurado por causa da memória do dente. “Memória do dente?” – perguntei. Ela me explicou que meu corpo estava acostumado com a altura daquele dente. Quando ela o restaurou, a altura mudou e o corpo entende que essa nova altura, por ser diferente da anterior, não é a, digamos, correta. O meu corpo precisa de um tempo para se acostumar com essa mudança. A memória nos prega peças e os dentes também.

Alguns filmes lidam com a memória como base para seus enredos. Uma produção antiga – que considero entre os filmes – de que eu mais gostei e que já foi refilmada e exibida inclusive – é considerada como “cult”: *Blade Runner, o caçador de andróides*. Produzido em 1982, este filme é até hoje lembrado e cultuado. Nele, há uma geração de andróides que têm memórias implantadas e se confundem com a realidade.

Outro filme que aborda essa temática é *Brilho eterno de uma mente sem lembranças*. A mulher (*Kate Winslet*), com recursos tecnológicos, apaga a lembrança de um relacionamento. Seu ex-namorado (*Jim Carrey*), ao saber disso, tenta fazer o mesmo.

Vários filmes utilizam o mesmo recurso para desenvolver sua história. Poderia citar vários, mas apenas indicarei mais um: *Amnésia*. O personagem principal, por um trauma sofrido, perde a memória recente e se vale de recursos para informar a si mesmo dos acontecimentos e situações que vivencia e esquece. A temática da informação também está presente, pois o personagem se utiliza de fotos, mensagens e recados destinados a ele mesmo e, o que ele considera mais importante, registra fatos que entende como verdadeiros tatuando o corpo.



Curiosidade

Você ficou interessado em assistir ao filme *Amnésia*? Veja a seguir a sinopse:

O filme apresenta *Leonard Shelby* (Guy Pearce) como um homem atormentado e que sofre de uma curiosa condição: ele é incapaz de memorizar coisas recentes. Ele sofreu um sério ferimento na cabeça ao tentar evitar que a mulher fosse estuprada e assassinada, e anos depois, seu único objetivo é encontrar o homem que acabou com sua vida. Para isso, Leonard faz várias tatuagens com “avisos” pelo seu corpo e costuma seguir uma lista de regras: evita falar ao telefone e faz anotações nos versos de cada fotografia que tira das pessoas ao seu redor. É assim que ele conhece o chato *Teddy* (Joe Pantoliano) e a ambígua *Natalie* (Carrie Anne-Moss), que é mais conhecida por ter interpretado a *Trinity* na trilogia *Matrix*. (CINEMA DE BUTECO, 2018).¹⁸

Comenta-se muito hoje – provavelmente porque temos pesquisas e dados que nos levam a conhecer melhor o problema – sobre o “mal de Alzheimer.” Uma doença pode nos alijar de nossa história. É triste. Quase todos nós tememos essa doença.

Outro dia, fiquei muito emocionado lendo um livro de *Marcelo Rubens Paiva* que lida com esse tema. O livro se chama *Ainda estou aqui*. Para aqueles que se interessarem, vale a leitura.



Explicativo

Quer saber como é esse livro comovente? Veja uma pequena amostra:

[...] Não nos lembramos das primeiras imagens e feitos da vida: do leite do peito, das grades do berço, do móvel que se mexe sozinho magicamente, de nos virar, não conseguir desvirar e chorar até alguém acudir, de como jogar as perninhas pro lado, nos virar e desvirar sozinhos, o primeiro movimento que revela um domínio corporal relevante da vida, do qual nos orgulhamos imensamente, como nos erguer no berço, na cama dos pais, no chão, da primeira vez que ficamos de pé, apoiados na parede, o segundo movimento de domínio corporal do qual nos orgulhamos imensamente, de jogar brinquedos para fora do berço, de quem são papá e mamã, de

¹⁸ CINEMA DE BUTECO. *Amnésia*. Disponível em: <<http://www.cinemadebuteco.com.br/criticas/amnesia/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

apertar bonecos, que dizem 'você é meu amigo', 'coraaaação', 'quem tá feliz bate palmas', de que chorar é recompensador, do fascinante interruptor que acende e apaga a luz, do mundo dos vários botões ao redor, do mundo em que passam aviões no céu, e há tomadas, o papel rasga, a impressora cospe papel, a gaveta abre e fecha, abre e fecha, e há gavetas por todos os lados, de ligar a TV, de chamar o elevador, das teclas do telefone e computador e controle remoto, do primeiro contato com o magnífico celular, que toca música, e de uma queda livre sem apoio que com o tempo se transforma em caminhar e é aprimorada, um movimento que todo mundo incentiva e adora e bate palmas pra ele.

Nos lembramos disso diariamente, ao sair do berço, de ir atrás do celular, do controle, de tentar caminhar, de rasgar papel, de abrir e fechar gavetas [...]

Já temos MEMÓRIA desde o primeiro dia em que nos deram à luz! Temos lembranças assim que acordamos, lembramos que o mundo é magnífico, sentimos um vazio no estômago, uma fralda pesada [...].

Somos um pi-to-qui-nho de gente pe-ti-ti-ti-ca e temos memória, referências, jogamos com elas, calculamos nossas ações nos apoiando em lembranças (já) solidificadas. No entanto, não nos lembramos de nada disso, anos depois. Não nos lembramos de nada disso, mas nos lembramos do triciclo que ganhamos aos três ou quatro anos, da pré-escola, de uma festa de aniversário em que foram TODOS os amigos, de alguns brinquedos, babás, casas em que moramos, corredores, quartos, castigos, brigas, escolas, tias-professoras, coleguinhas.

As primeiras lembranças que guardamos para o resto da vida são as de quando temos três ou quatro anos, e a cada ano que passa virão mais lembranças que serão guardadas, cinco, seis, sete, que se tornaram as primeiras lembranças mais fortes do que o esquecimento, que serão cobertas por novas experiências, que se acumulam, se acumulam, oito, nove, dez... [...] (PAIVA, 2015, p.15-17).¹⁹

Memória é muito mais do que lembranças. Isso é possível afirmar, pois, como disse antes, a memória também abarca o esquecimento. Lembramos algumas coisas e esquecemos outras, assim funciona a memória. E o esquecimento não é apenas o contrário da memória e a faz existir, o esquecimento é também uma forma de sobrevivermos. Memória e esquecimento caminham juntos e nos levam a não assumirmos a memória como verdade.

Um outro dado importante que devemos atentar é que a memória pode ser individual e coletiva.

Um autor do tema memória, e de cujas ideias gosto muito, chamado *Eduardo Murguia*, sobre esse assunto nos diz:

Na década de 20 algumas dessas considerações vindas da memória individual foram deslocadas para a problemática da memória coletiva, com o qual a

¹⁹ PAIVA, M. R. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 296 p.



memória no plano do coletivo possuiria as mesmas características da memória individual com uma outra ênfase a mais: ela é um elemento necessário para a identidade de um grupo, de uma coletividade, de uma sociedade. (2010, p. 8)

Vivemos no coletivo e nossa memória, além de individual, também é coletiva. Partilhamos uma história coletiva, de todos os que vivem próximos.

Há alguns anos – para ser mais preciso, em 1972 – houve um acidente com um avião uruguaio. Por um problema, o avião caiu nos Andes e os sobreviventes, para se manter vivos, foram obrigados a comer carne humana. Esse episódio marcou a história uruguaia e faz parte da memória coletiva daquele país.

O Brasil também tem histórias como essa: a morte de vários presos pela polícia do estado de São Paulo, em uma rebelião (fato conhecido como o *Massacre de Carandiru*), por exemplo.

Outra história bastante conhecida é de Canudos. Nesse lugar, várias lutas foram travadas pelos seguidores de *Antônio Conselheiro* e por destacamentos enviados pelo governo. O número de mortos foi grande e Canudos foi arrasada. Vários livros contam essa história, mas o mais famoso sem dúvida é *Os Sertões*, de *Euclides da Cunha*.

Essa memória coletiva pode estar circunscrita apenas a um grupo de pessoas, de uma cidade, de um bairro, de uma rua. As pessoas podem contar casos de morte, assassinatos em uma casa, e essa história é conhecida apenas pelos que vivem naquele lugar. Você não precisa vivenciar um fato para participar da memória dele.

Algumas situações que ocorrem em nossa família fazem parte da memória dela. Um livro da *Zélia Gattai*, que não é um dos mais conhecidos dela, fala de “códigos” familiares, ou seja, frases, gestos etc. que têm um significado apenas compreensível pelos que vivem ou viveram naquele espaço. *Zélia* conta algumas histórias que ocorreram em sua família, com filhos, com seu marido, *Jorge Amado*, com tios etc., e que, por um ou outro motivo, deixaram marcas, normalmente por seu caráter cômico. Essas histórias são, geralmente, sintetizadas em uma palavra, destacada do acontecimento ou que redundou no próprio acontecimento.

Na minha família, por exemplo, aconteceu de um parente beber, como se dizia, “um pouco mais da conta”. O problema é que essa pessoa não tinha o hábito de beber e passou a dizer para meu pai: “Deixa eu falar, deixa eu falar.” Meu pai não o estava impedindo de falar e, depois de um tempo, disse: “Fala aí.” Após o acontecido, entre meus pais, meu irmão e eu, o “Fala aí”, repetido muitas vezes, tinha um significado que só nós entendíamos. Pessoas de fora nos viam rindo e não entendiam o motivo.

O livro de *Zélia Gattai*, para os interessados, chama-se *Códigos de Família*.

Extraí do livro do *Eduardo Murguía* um outro trecho que é importante para entendermos a relação da memória com a Biblioteconomia:

Perante as mudanças expressas pela modernidade da sociedade industrial, a forma de transmissão da memória coletiva perdeu seus canais, seus meios. Esse desaparecimento fez com que fosse necessário a cria-

ção de espaços ou lugares da memória. Esses espaços podem ser simbólicos (como as efemérides ou nome de ruas) ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares.

Pautados nessas considerações, entendemos Arquivos, Bibliotecas e Museus como lugares de Memória. (MURGUIA, 2010, p. 8).

A biblioteca, nosso espaço de trabalho, vai se preocupar com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais. Biografias de pessoas conhecidas ou não trazem a cultura, os valores, a sociedade da época em que elas viveram. Contam, assim, a história dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, contam a história de um país, de uma época.

Atividades desenvolvidas em bibliotecas buscam resgatar a memória de pessoas mais velhas que vivem na comunidade servida por elas. A intenção é a de preservar não apenas a história do indivíduo, mas a história coletiva, a história da própria comunidade.

Está vendo qual a nossa importância, qual o nosso fazer quando se trata da memória?

Angela Maria Barreto afirma, sobre a ideia de memória individual, o seguinte:

Não é possível estabelecer uma memória exclusivamente individual porque as lembranças pessoais são constituídas pelas referências dadas pelo grupo social. O que é individual é apenas a maneira singular com que cada indivíduo articula o acervo de lembranças. (BARRETO, 2006, p. 25-26).

Essa autora acrescenta, referindo-se, agora, mais especificamente à memória social:

Ao produzir teias de significação para si mesmo, o homem fundamenta sua vida social trocando informações e conteúdos simbólicos, deslocando-se do seu mundo individual para o social e deste para aquele. O conjunto das informações e dos conteúdos simbólicos dizem [sic] respeito à memória social de um grupo. O grupo ou comunidade fixa em algum tipo de suporte material o seu acervo de lembranças, para que possam ser reproduzidas e ou transformadas/continuadas, permitindo a dinâmica social e garantindo a continuidade da vida em grupo. (2006, p. 23)

Em suma, fazemos parte dos espaços da memória e trabalhamos com ela, tanto individual, como coletiva. Não esqueça isso.

4.5 PATRIMÔNIO

Quando falamos em patrimônio, nossa primeira ideia é a relacionada aos bens de uma pessoa. Vivemos em uma sociedade capitalista e essa reação é normal.

O patrimônio pode não estar circunscrito apenas aos bens de uma pessoa, mas pode se referir aos bens de uma empresa, de uma instituição, de um município, de um estado ou de um país.

Uma pessoa fez a seguinte pergunta para determinada senhora: “Qual o seu patrimônio?” A senhora respondeu de imediato: “Meu maior patrimônio são meus filhos”. Essa resposta é diferente da que identifica patrimônio com bens materiais, contabilizados entre as “riquezas” que se identificam de maneira econômica e monetária. Ela tem um outro tipo de identidade: a afetiva, amorosa, filial.

Na Biblioteconomia, trabalhamos com o patrimônio, mas com outro sentido ou outros sentidos. Não nos interessam os bens que podem ser transformados em dinheiro, mas aqueles que possuem outros significados.

Podemos dividir o patrimônio, nessa acepção que interessa à Biblioteconomia, em dois grandes tópicos: um que diz respeito ao patrimônio físico, ou seja, os prédios, as construções. O outro refere-se a aspectos virtuais, não materiais, que designamos patrimônio imaterial.

O patrimônio físico abrange prédios, construções em estilos de arquitetura, estruturas etc., e, entre essas, algumas que são “tombadas”, consideradas patrimônio cultural. Há patrimônios culturais de lugares específicos, de espaços maiores, até patrimônios culturais da humanidade.

Você já percebeu que há várias designações que tratam de maneira diferente – ou não tão diferente assim – a ideia básica de patrimônio. Acima, falei em patrimônio físico, patrimônio não físico (ou imaterial) e patrimônio cultural. Posso aqui incluir outros vários termos, como patrimônio natural, patrimônio de conhecimento, patrimônio histórico, patrimônio público, patrimônio individual, patrimônio coletivo, patrimônio arqueológico, patrimônio ferroviário etc. É muito patrimônio para pouco espaço que tenho para falar do assunto.

Vamos focar em alguns deles.

Patrimônio natural, por exemplo, tem relação com o legado da natureza, como as lindas praias brasileiras, a floresta amazônica e a própria Amazônia, o Pantanal e inúmeros outros locais brasileiros. Os homens, infelizmente, interferem no meio ambiente, quase sempre para pior, não preservando o que a natureza construiu.

Falando em construção, temos alguns patrimônios que foram construídos a partir da interferência do homem. Esse é o caso de Brasília, da ponte Rio-Niterói, da própria cidade de São Paulo, do Cristo Redentor, de inúmeros teatros etc.

Figura 8 – Cristo Redentor: patrimônio local e mundial.



Fonte: Wikimedia Commons²⁰

Outra forma de identificar patrimônios – e que é de interesse da Biblioteconomia – é a distinção entre patrimônio material e imaterial.

No Brasil temos um Instituto que se preocupa com o Patrimônio, é o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN). Ele assim define o patrimônio material:

Patrimônio material

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A relação de patrimônios materiais tombados pelo Iphan podem ser acessados [sic] por meio do Arquivo Noronha Santos ou pelo Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do País. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e faz a inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

(Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 13 out. 2018)

²⁰ WIKIMEDIA COMMONS. Artyominc. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Christ_on_Corcovado_mountain.JPG>. Acesso em: 13 out. 2018.



Os bens “tombados” são aqueles que o Estado reconhece como importantes e representantes da cultura brasileira. Considerados dessa forma eles devem ser preservados e não podem ser alterados, modificados, restaurados etc., sem a expressa autorização do órgão que cuida desses assuntos, no caso, o IPHAN.

Repare que os bens de natureza material englobam os museus, os arquivos, as bibliotecas, ou seja, todos os edifícios que guardam, preservam e disseminam informações reconhecidas como de valor histórico e cultural para o Brasil.

Mencionei também os bens imateriais. Como poderíamos defini-los?

O mesmo IPHAN, citado acima, entende patrimônio imaterial da seguinte forma:

Patrimônio Imaterial

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus [artigos 215](#) e [216](#), ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Esta definição está de acordo com a [Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial](#), ratificada pelo Brasil em março de 2006.

(Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 13 out. 2018)

Agora estamos em outro âmbito, o dos materiais que não são tangíveis, palpáveis, que não podemos tocar. Nele estão incluídas as festas, as danças, as canções populares, os modos de produzir alguma coisa, as manifestações culturais, incluindo as religiosas etc. O Brasil é pródigo nesse tipo de manifestação, como Círio de Nazaré, Folia de Reis, festas juninas, Bumba meu Boi, Boi-Bumbá, vaquejada e tantas outras.

Figura 9 – As festas juninas são muito populares e, em alguns lugares, as mais importantes festas do ano.



Fonte: Wikimedia Commons²¹

Algumas dessas manifestações têm sua origem em outros países, em outros locais, mas sofreram muita influência de nosso povo e se transformaram em algo diferente, em algo único.

Mas para não nos perdermos nesse emaranhado de termos, antes de seguirmos, é preciso apresentar um entendimento, dentre outros possíveis, que nos orientará na busca da compreensão do tema. Ele nos é fornecido por *Carlos A. C. Lemos*, autor de um livro chamado *O que é patrimônio cultural*, publicado na *Coleção Palavra-Chave*. Essa coleção, vale enfatizar, apresenta alguns assuntos de forma sucinta e didática, sendo de grande apoio para o início de uma pesquisa. *Carlos Lemos*, baseado em outro autor, *Hugues de Varine-Boham*, nos diz que:

[...] o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, a água desses rios, os seus peixes, a carne desses peixes, as suas cachoeiras e corredeiras transformáveis em força motriz movendo rodas de moendas, acionando monjolos e fazendo girar incrivelmente rápidas turbinas de eletricidade. [...]

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Vai desde a perícia no rastreamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no

²¹ WIKIMEDIA COMMONS. Agecom Bahia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:São_João_no_Pelô_2.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem. [...]

O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer". (1985, p. 8-10)

Essa citação, acredito, pode nos levar a ter uma ideia mais geral e melhor do que é patrimônio e o motivo pelo qual vamos nos ater ao Patrimônio Cultural, uma vez que é ele que interessa diretamente à Biblioteconomia.

Seguindo a mesma ideia, *Gabriel Spina* e *Edgar Serratto* abordam o tema da seguinte maneira:

O patrimônio histórico e cultural manifesta-se na forma física e também nas expressões imateriais, como o carnaval, a festa junina, bem como nas demais celebrações, acontecimentos e tradições da cultura popular, podendo ser classificado de acordo com a sua categoria e o valor que lhe é atribuído. Em suma, o patrimônio é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo (BALTAZAR, 2011). Esses bens históricos são suportes da memória e instrumentos utilizados para a história reaparecer. Qualquer objeto carrega em si aspectos simbólicos, culturais e memoriais. A memória é o suporte da história. Memória e história são parceiras na reconstrução do passado. Tanto a memória pode contribuir como fonte para a história quanto o registro histórico pode produzir uma nova reflexão sobre as marcas da memória. E a junção ou conjugação da história e da memória criam a identidade. (2015, p. 101)

Os mesmos autores afirmam que "a questão da urbanização e do patrimônio ambiental urbano foi levantada somente na década de 1970". (2015, p. 105).

Sobre essas duas falas, é preciso destacar:

- a) em relação à citação maior, no seu início, a inclusão do termo *patrimônio histórico e cultural*. Há concepções que entendem os dois termos como quase sinônimos. Podemos dizer, seguindo esse modo de pensar, que patrimônio histórico e cultural se constitui em um único termo. Outros preferem trabalhar como se patrimônio histórico e cultural constituíssem em dois termos diferenciados. Você, com mais leituras, optará por um ou por outro entendimento. Qual o correto? Aquele que você entender que é;
- b) quanto à citação menor, os autores apresentam um outro tipo de patrimônio, o *ambiental urbano*. Vale o alerta, já feito anteriormente, sobre a quantidade de adjetivações associadas à palavra *patrimônio*.

Como ficou evidenciado, apresentei uma relação entre o *patrimônio cultural* e o *patrimônio histórico*. É importante trazer uma outra autora, *Erivania Lópis*, que pesquisa e escreve sobre o patrimônio histórico:

Mas afinal de contas, o que é *patrimônio histórico*? O patrimônio é o símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens/monumentos, traz em si um elemento identitário muito forte, construindo um conjunto de imaginários que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Faz-se necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado. Neste cenário, a memória desempenha um importante papel, pois presentifica, através de suas lembranças e de seu patrimônio, o já vivido. Porém, a falta de conscientização sobre o real valor do patrimônio, por parte setores da sociedade, considera o “tombamento” como prejuízo financeiro. Aliás, a exploração do turismo, motivada por interesses financeiros tem contribuído para a intensificação de ações de restauração e de resignificação (novo uso) de monumentos históricos. O patrimônio histórico, imbuído de subjetividade e vivência social, contribui para a percepção da identidade. E por via dele também, constrói-se um conjunto de imaginários que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. (2017, p.12-13)

A citação faz referência à estreita relação do patrimônio histórico com a memória. Isso nos leva a entender como esses dois tópicos estão incorporados a esta disciplina dentro do curso de Biblioteconomia.

Outra referência presente na citação é a ideia de identidade. Não trabalharemos com esse assunto aqui, mas você encontrará muitos textos nos quais essa relação estará presente.

Os autores que citei mais acima, ou seja, *Gabriel Spina e Edgar Serratto* (2015), se utilizam das ideias de outros dois autores (*Funari e Pelegrini*, em uma obra intitulada *Patrimônio histórico e cultural*) para expressar suas concepções sobre patrimônio. Veja o que eles dizem:

A obra apresenta duas diferentes ideias relacionadas ao patrimônio. A primeira está ligada aos bens que transmitimos aos nossos herdeiros e que podem ser materiais, como uma casa ou uma joia com valor monetário determinado pelo mercado ou bens materiais de pouco valor comercial, mas de grande valor emocional, como uma foto ou uma imagem religiosa. Estes podem ser itens do patrimônio de um indivíduo e constar em seu testamento. Nesse sentido, além destes, temos o patrimônio espiritual ou imaterial inestimável, que são os conhecimentos e as infinitudes de ensinamentos e lições de vida que nos deixaram (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Esses são exemplos de patrimônio individual, que é mais fácil de ser definido. No entanto, temos, tam-



bém, o patrimônio coletivo, que não depende só de um indivíduo para definir o que é interessante. O coletivo é sempre mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, desde comunidades pequenas até municípios, estados, nações ou a humanidade como um todo. Por isso, há uma multiplicidade de pontos de vista, de interesse e de ações no mundo. O que para uns é patrimônio para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo. Por tudo isso, convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais. (FUNARI; PELEGRINI, 2006 citado por SPINA; SERRATO, 2015, p. 108)

Os dois autores (ou os quatro, na medida em que dois citam outros dois) abordam o patrimônio individual e o patrimônio coletivo. Achei interessante incluir aqui essas duas concepções pois, basicamente, na Biblioteconomia, nosso interesse recai sobre o patrimônio coletivo. Claro que o patrimônio individual de determinadas pessoas pode se tornar de nosso interesse caso essa pessoa promova ações e atividades que, de alguma maneira, possam ser consideradas como de importância para o coletivo.

No trecho citado imediatamente acima, entendo ser importante pontuar algumas ideias. A primeira delas é a que afirma que o que é patrimônio para uns pode não ser para outros. Essa é uma assertiva que merece um pouco de reflexão, uma vez que nos coloca uma questão: se o que é patrimônio para uns pode não ser para outros, como definimos o que é patrimônio cultural, como definimos o que é patrimônio histórico? O que é esse valor cultural ou histórico que faz com que algo possa ser entendido como patrimônio? E mais, quem determina essa “qualidade”?

Quase sempre outorgamos a especialistas a tarefa de nos dizer o que é que receberá o carimbo de patrimônio histórico e cultural. Esses especialistas se destacam ou por suas competências ou por seu status na academia ou em cargos de instituições que lidam com o patrimônio. Um alerta: apesar de serem especialistas, de terem conhecimento teórico e/ou prático sobre o assunto, tais pessoas não são neutras, ou seja, defendem ideias e concepções sobre patrimônio que interferirão nas atribuições do caráter de patrimônio para alguns bens materiais ou imateriais. Isso fica claro quando acatamos a ideia de que o que é patrimônio para alguns pode não ser para outros.

Mais um trecho interessante que merece um espaço para ser analisado, embora rápida e superficialmente: “os valores sociais mudam com o tempo” e “convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais”. Essa ideia nos lembra algo que estou salientando no decorrer de toda esta disciplina: há sempre uma relação entre o objeto de nosso estudo com a sociedade; e esse objeto se modifica de acordo com as transformações sociais. Os valores são culturais e vão se modificando no decorrer do tempo. Pensando na, digamos, história social do patrimônio, teremos interferências, até substanciais, na determinação do que será considerado patrimônio. Será que festas pagãs seriam consideradas patrimônio imaterial de um povo na Idade Média, por exemplo, quando a Igreja imperava? Provavelmente, para sobreviver, teriam tais festas que se revestir, mesmo que de maneira falsa, de uma aparente origem religiosa para, aí sim, serem aceitas como algo representante de uma cultura.

A relação com a sociedade, com o que está acontecendo em todas as instâncias, sejam políticas, econômicas, educacionais, culturais etc., não pode nunca ser desconsiderada.

As concepções sobre patrimônio defendidas pelos “especialistas” são muitas vezes próximas, diferentes ou até mesmo opostas, conflitantes. Isso vai refletir na escolha dos bens considerados patrimônio.

Um importante dicionário voltado para a política cultural, cujo autor, *José Teixeira Coelho Netto*, foi durante muitos anos professor do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em um verbete específico sobre Patrimônio Cultural, nos mostra a contradição de conceitos e ideias que tentei evidenciar entre os pesquisadores e estudiosos do tema:

‘Patrimônio [cultural] é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.’ Essa é a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei n.25 promulgado durante o estado Novo no Brasil. A Carta do México em defesa do Patrimônio Cultural apresenta o patrimônio cultural de um país como ‘o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente’.

Uma e outra definições, oriunda a primeira de um governo ditatorial e, a segunda, de uma organização de espírito democrático, seguem pelos mesmos trilhos durante boa parte do percurso. Divergem apenas, expressamente, quando a Carta do México aponta os fatos do presente como passíveis de inserção no patrimônio cultural de um grupo, enquanto o estado Novo mencionava apenas os fatos ‘memoráveis’, o que abria um caminho para o trato privilegiado dos produtos e expressões do passado. O lugar de destaque dado habitualmente à cultura do passado explica-se pela existência já razoavelmente cristalizada, neste caso, de um campo consensual para o qual convergem as opiniões e interesses de parcelas mais amplas da população – opiniões e interesses que certamente entrariam em conflito se referidos a aspectos do presente mergulhados em debates aquecidos do ponto de vista social e político. Voltando-se para o passado, a prática patrimonialista lida com obras em princípio dissociadas historicamente (embora não filosoficamente ou ideologicamente) dos contextos sociais nos quais se originaram, podendo passar despercebidas ou mostrar-se ‘neutras’. (1997, p. 286-287)

Foi possível perceber que as concepções podem interferir e o fazem na tomada de decisões de todas as coisas, incluindo as vinculadas ao patrimônio. Assim, podemos afirmar que alguns bens podem ser considerados patrimônio em determinados países e bens semelhantes podem não ser considerados patrimônio em outros. Dentro de um mesmo país, alguns bens podem ser considerados patrimônio por uma parcela dos especialistas e não ser por outro grupo de especialistas. O olhar sobre o

objeto, material ou não, é impregnado de valores, de significados presentes e também formadores do conhecimento dos sujeitos.

As discussões e aprendizados sobre patrimônio não têm fim. Não é possível colocar um ponto final na busca por ampliar o nosso conhecimento sobre esse ou qualquer outro assunto. Fico na esperança de que o que vimos até aqui possa atizar sua curiosidade e seu interesse sobre o patrimônio e o motive a buscar outros textos, outros materiais.



4.5.1 Atividade

Com um papel e uma caneta, tente observar – e anotar – tudo o que, na sua casa, você considera como de valor e que pode ser identificado como algo com tal significado em sua vida que você mesmo tombaria como patrimônio pessoal.

Resposta comentada

O interessante nesta atividade é observar como somos cercados por uma variedade enorme de objetos, com funções as mais diversas, e que, em sua totalidade, compõem nosso patrimônio pessoal. Percebemos, também, que o valor que atribuímos aos objetos são muito pessoais e diferem muito do seu objetivo “valor de mercado”.

Há muitas coisas que jogamos fora e outras nós guardamos. Estas foram preservadas pois possuem um significado diferenciado. Às vezes mantemos objetos de que nem gostamos, mas que foram dados por alguém que estimamos, ou que possuem um significado sentimental (como uma pequena joia que pertenceu a um parente falecido) ou, ainda, que nos lembram um período importante em nossa vida, por exemplo.



4.5.2 Atividade

Acesse o texto de *Eduardo Ismael Murguia* e *Silvia Nathaly Yassuda* intitulado *Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN* disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>> e responda as seguintes questões:

- discorra sobre o processo de legislação patrimonial no Brasil;
- discorra sobre os processos de tombamento da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), da Biblioteca do Mosteiro e da Igreja de São Bento (Salvador – BA) e da Biblioteca da Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo (São Paulo – SP).

Em primeiro lugar, a proposta da atividade é levá-lo a procurar e acessar um texto que aborde uma das temáticas da disciplina. No caso, dois autores que pesquisam e conhecem o assunto “patrimônio histórico-cultural”. Você, certamente, acessou o texto e o leu. A primeira coisa que você deve ter notado é que o texto é um artigo publicado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, abrangendo o período de setembro a dezembro de 2007. Além disso, consta que o artigo pode ser encontrado entre as páginas 65 e 82.

Sobre o texto em si, depois de uma introdução falando sobre os objetivos do artigo, os autores iniciam o segmento “2” buscando explicar o que é patrimônio histórico e artístico.

O segmento “3” discorre sobre as leis que regem o patrimônio no Brasil, com um pequeno histórico e com destaque, entre outros, para o IPHAN. Como você leu, sabe a que estou me referindo. Não esqueça que o artigo foi publicado em 2007 e a parte legislativa pode ter sofrido pequenas alterações.

Os segmentos “4” e “5” voltam-se para as bibliotecas e se valem de alguns exemplos. Fechando o artigo, o segmento “6” apresenta as conclusões dos autores sobre o tema. Quando nós conhecemos um pouco sobre um determinado assunto, quando lemos algo sobre ele, o entendimento fica mais fácil. Você não sentiu isso lendo o artigo?

4.6 RESUMO

A palavra memória, quando nos vem à mente, quase sempre é relacionada a ideia de recordações, lembranças. Memória deve ser sempre entendida caminhando ao lado do esquecimento. Este é necessário até para a nossa sobrevivência e sanidade mental.

Vários filmes utilizam a memória como base central para seus enredos.

Devemos atentar para o fato de que a memória pode ser individual e coletiva. Vivemos no coletivo e nossa memória, além de individual, também é coletiva. Partilhamos uma história coletiva, de todos os que vivem próximos. A biblioteca, nosso espaço de trabalho, vai se preocupar com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais.

Biografias de pessoas conhecidas ou não, trazem a cultura, os valores, a sociedade da época em que elas viveram. Contam, assim, a história dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, contam a história de um país, de uma época.

Atividades desenvolvidas em bibliotecas buscam resgatar a memória de pessoas mais velhas que vivem na comunidade servida por ela. A intenção é a de preservar não apenas a história do indivíduo, mas a história



coletiva, a história da própria comunidade. Fazemos parte dos espaços da memória e trabalhamos com ela, tanto individual, como coletiva.

Em relação ao patrimônio, nosso primeiro entendimento é o que o refere aos bens de uma pessoa. Vivemos em uma sociedade capitalista e essa reação é normal. O patrimônio pode não estar circunscrito apenas aos bens de uma pessoa, mas pode se referir aos bens de uma empresa, de uma instituição, de um município, de um estado ou de um país. Na Biblioteconomia, não nos interessa os bens que podem ser transformados em dinheiro, mas aqueles que possuem outros significados. Uma primeira divisão do patrimônio pode identificá-lo como patrimônio material e patrimônio imaterial.

A Biblioteconomia trabalha, em especial, com o patrimônio histórico e cultural, de maneira mais forte e acentuada quando é ele coletivo.

UNIDADE 5

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

5.1 OBJETIVO GERAL

Oferecer uma ampla visão de políticas públicas e políticas de informação, tanto em um contexto teórico como apresentando exemplos de políticas de informação no Brasil.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- a) conhecer o que são políticas públicas;
 - b) conhecer o que são políticas de informação;
 - c) identificar exemplos de políticas de informação no Brasil.
-

5.3 INTRODUÇÃO

As políticas de informação fazem parte das políticas públicas de um país. Alertei, na primeira aula desta disciplina, que os governos possuem políticas para nortear suas ações em áreas que lhes são próprias. O governo tem a finalidade de administrar o Estado. No Brasil o governo é eleito pelo voto direto e se mantém durante um determinado período. O presidente, por exemplo, exerce seu mandato por período de 4 anos, podendo ser reeleito por mais um mandato. Após esse período, de 4 ou de 8 anos, aquele grupo que administrou o Estado será substituído por outro grupo, também eleito. Esse novo grupo pode ter origem no mesmo partido do grupo anterior ou ser de outro partido. Falamos de situação – o governo que está no poder – e de oposição – o partido ou partidos que não concordam com as ações desenvolvidas pelo governo eleito.

Durante as eleições, os candidatos – que se apresentam individualmente, mas representam um grupo de pessoas, normalmente identificadas com um ou mais partidos políticos – apresentam plataformas de governo, ou seja, expõem como administrarão o Estado. Essas plataformas, quase sempre, são construídas com a explicitação de concepções políticas gerais e propostas específicas por segmentos de atuação do Estado. As concepções políticas gerais nos fazem compreender quais os caminhos que serão trilhados pelo governo se eleito, evidenciando as correntes e ideais políticos que comungam. De uns tempos para cá, ouvimos com constância debates sobre posições de esquerda e posições de direita e, além delas, algumas variáveis como centro-esquerda, centro-direita, ultradireita, esquerda radical etc.

É importante que todo cidadão tenha conhecimento das plataformas e tendências políticas dos que se apresentam como candidatos a cargos eletivos.

Além das concepções políticas gerais, as plataformas de governo também são formadas por propostas específicas, voltadas para cada uma das áreas que demandam atenção e ações dos que administram o Estado. Quais seriam essas áreas? A grosso modo, estariam elas compostas pela saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, recursos hídricos, serviço social, infraestrutura, transporte, saneamento básico etc.

A principal tendência nos discursos dos candidatos é a de prometer muito para não cumprir, depois de eleito, exatamente aquilo que prometeu. Pode ainda, e o que entendo como pior, se utilizar de recursos de manipulação linguística para dizer muito com quase nenhum significado efetivo. Por exemplo: todo candidato diz que vai cuidar da educação, oferecer melhores condições de atendimento no âmbito da saúde, ampliar os recursos para suprir a necessidade de moradia, asfaltar e oferecer água e esgoto para o maior número possível de cidadãos etc. Essas promessas nada dizem, pois se você rever as frases, todas elas são genéricas e podem facilmente ser refutadas pelos eleitos como promessas não cumpridas. Nenhuma delas traz uma ação efetiva, que pode ser mensurável ou que permita ser cobrada.

Quando eleitos, os políticos enfrentam um problema muito grave, que é a falta de recursos para atender a tudo que precisa ser feito. É nesse momento que surge a “cara” do governo, ou seja, na falta de verbas, ele, governo, deve escolher o que é prioritário, aquilo que será atendido em



primeiro lugar. Ficamos sabendo, pela escolha da prioridade na alocação de verbas, qual é a tendência política daquela administração. A opção pela priorização foi, como exemplo, pelo atendimento médico dos mais pobres, pela criação de creches ou berçários, pela construção de escolas na periferia, pelo transporte público (com faixas especiais para ônibus, número maior de ônibus, ampliação de ramais de metrô nas cidades que o comportam etc.).

As propostas e projetos para os vários segmentos de interesse do Estado presentes na plataforma de governo se constituem em políticas de Estado.

Neste momento preciso fazer uma diferenciação: existem políticas de governo e políticas de Estado. O governo, como vimos, é transitório e suas políticas se encerram quando se extingue o mandato que o elegeu. As políticas de Estado são mais perenes e se mantêm apesar das mudanças de governo.

Todos nós costumamos ouvir que coisas boas existentes em um governo foram descontinuadas no novo governo. Ouvimos também que um governo novo não quer manter coisas que lembrem o governo anterior e, por esse motivo, elas são interrompidas e em seu lugar há novos projetos. Isso se dá porque essas ações eram políticas de governo que duram, na maioria das vezes, enquanto o mandato daquele grupo estiver em vigor.

As políticas de Estado são estabelecidas a partir de atos legislativos e independem da vontade exclusiva do Executivo.

Por sua vez, a validação das políticas de governo está embasada no voto, nas urnas. O governo eleito tem uma plataforma, como vimos, e os votos ratificam a aceitação pelos eleitores das ideias ali contidas. Quando implanta políticas, o governo tem o respaldo das urnas.

Tanto as políticas de governo como as políticas de Estado são políticas públicas, uma vez que são elas gestadas, implantadas, geridas e administradas pelo grupo vencedor das eleições, pelo grupo que teve a maioria dos votos, votos esses que dão legitimidade e respaldo a essas políticas.

É possível distinguir as políticas em *explícitas* e *implícitas*, e devem ser elas motivo de reflexão nossa.

As políticas explícitas, como disse anteriormente, são aquelas que estão materializadas em papel e tramitam pelas instâncias existentes na estrutura burocrática do Estado. Isso permite que tenhamos conhecimento sobre elas e que, assim sendo, possamos fiscalizar sua aplicação e exigir ou reivindicar ações quando elas não estão sendo cumpridas.

Na cidade de São Paulo, no governo *Luiza Erundina*, a secretária de Cultura do município era *Marilena Chauí*, conhecida filósofa, professora da USP e autora de vários livros. Ao assumir, a secretária possuía uma política para a área da Cultura, política essa que foi apresentada a todos os funcionários da pasta e publicada em livro. Dessa forma, os munícipes, os funcionários da Secretaria, os funcionários públicos, a população de cidades vizinhas que se utilizava dos equipamentos culturais da cidade e todos os interessados ficaram sabendo das propostas e ideias que sustentavam todas as ações e atividades da área de cultura da cidade. Esse é um exemplo de política pública de governo explícita. Como sabemos o que o governo pretende fazer, podemos cobrar, fiscalizar.

Por seu lado, há políticas implícitas, ou seja, aquelas que existem mas não são exteriorizadas, ficando circunscritas aos bastidores da adminis-

tração pública, às conversas a portas fechadas, aos cochichos e falas “ao pé do ouvido”. O interesse é que a população não as conheça, não saiba o que de fato se pretende alcançar ou atingir com essas políticas. Nesses casos, os munícipes ou as instituições e órgãos que os representam não têm nenhuma forma de participação na elaboração delas. São aliados da sua construção e seus interesses não podem ser contemplados.

Você pode dizer que o governo, pelo voto, tem o poder de criar políticas, e estas são legitimadas por esse voto. É verdade, no entanto, que as políticas precisam ser explicitadas para que saibamos se elas correspondem àquelas que estão presentes na plataforma de governo apresentada durante o período eleitoral. As políticas legitimadas pelo voto são aquelas que refletem as propostas presentes na plataforma.

Em um outro governo na cidade de São Paulo, o secretário de Cultura exigia da administração de bibliotecas relatórios de atividades e de ações que registrassem, de maneira quantificada, o número de participantes de cada um dos eventos realizados. A Secretaria, naquele momento, estava interessada em quantas pessoas eram “atingidas” pelos eventos e realizações das bibliotecas municipais, e não pela qualidade e pelas transformações que esses eventos poderiam trazer para as pessoas que deles participavam. Claro que este é um exemplo de política pública de governo implícita, pois ela não estava claramente informada.

Há políticas que são explicitadas mas cujo texto não condiz com o que de fato o governo deseja. Ou, ainda, há formas de aparentar uma base democrática que, quando posta em prática tal política, descobre-se que ela não é real. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando se cria uma comissão para gerenciar determinadas ações, mas a composição dessa comissão está a cargo, quase que integralmente, de uma Secretaria ou de alguma instância vinculada diretamente ao governo.

Entre as várias políticas públicas, seja de governo ou de Estado, encontram-se as políticas de informação.

5.4 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Políticas de informação, acompanhando o que já vimos sobre políticas públicas, podem ser de governo ou de Estado e podem, também, ser explícitas e implícitas.

Além disso, a palavra “informação” torna difícil determinar qual o tipo exato de políticas que são abrangidas pelo termo. Como a palavra “informação” é polissêmica, políticas de várias áreas podem ser incluídas entre a ideia de políticas de informação. Por exemplo, podemos dizer que políticas voltadas para a atuação dos órgãos de imprensa, sejam eles televisivos, radiofônicos, impressos ou virtuais, ou ainda considerados como públicos ou privados, podem ser consideradas políticas de Informação. Outras normas, ordens, protocolos, formas de atuação, serviços oferecidos por instituições, instâncias governamentais etc., no âmbito da

saúde, também podem ser considerados políticas de informação – no caso, podem ser aquelas voltadas para o prontuário médico de pacientes atendidos pelo Estado.

Informação está presente em quase todos os espaços e segmentos do serviço público. Quais os que efetivamente são de nosso interesse?

Eu poderia responder essa pergunta dizendo que são todos, mas isso seria temerário, pois eu precisaria conhecer todas as políticas vigentes. Como não conheço, prefiro dizer que vou trabalhar determinadas áreas que a Biblioteconomia costuma apresentar como de seu interesse. Não vamos esquecer, no entanto, que o objeto, aquilo que a Biblioteconomia estuda, pesquisa, pelo qual se interessa, se preocupa e com que trabalha é a informação.

O interesse da Biblioteconomia é por informações que estão presentes nas bibliotecas públicas, nas bibliotecas escolares, nas bibliotecas universitárias e nas bibliotecas especializadas. Assim, as políticas públicas de informação que nos preocupam são aquelas presentes ou relacionadas a esses espaços.

Como tudo em nossa vida, estas, as políticas públicas de informação também se apresentam de maneira complexa.

A discussão sobre políticas de informação traz em seu bojo uma série de nuances teóricas, uma grande quantidade de segmentos, de qualificações, de entendimentos etc.

Num Dicionário de autores que já citei em outro capítulo, *Murilo Cunha e Cordélia Cavalcanti*, quando procuramos um verbete referente a políticas, encontramos apenas “política bibliotecária” (que os próprios autores entendem ligada ao entendimento da missão da biblioteca e com critérios de avaliação). Depois de explicar o que é “política bibliotecária”, ainda no mesmo verbete, há alguns termos que são apresentados como correlatos ou como mais específicos: “p. cultural”, “p. da internet”, “p. da sociedade da informação”, “p. de acervo arquivístico”, “p. de acesso”, “p. de aquisição”, “p. de descarte”, “p. de desenvolvimento de coleções”, “p. de desenvolvimento do acervo”, “p. de empréstimo”, “p. de encadernação”, “p. de indexação”, “p. de informação”, “p. de leitura”, “p. de privacidade”, “p. de seleção”, “p. de telecomunicações”, “p. de uso aceitável”, “p. de arquivo”, “p. do livro” e “p. nacional de informação.” (2008, p.285-286). O “p.”, claro, é a abreviação de política.

Apresentei os termos presentes no verbete na ordem em que são elencados. Alguns deles você verá em outras disciplinas, como as políticas relacionadas ao Desenvolvimento de Coleções (aquisição, descarte, desenvolvimento de coleções, de seleção). Outros termos farão parte de segmentos de disciplinas e, ainda, termos que dependerão de uma pesquisa a partir de um interesse particular seu.

Boa parte das políticas elencadas no verbete do dicionário é própria do fazer interno de um equipamento informacional ou, como muitos autores da literatura da área utilizam, de uma unidade de informação. Essas políticas apontam para normas, diretrizes, estruturas de serviços voltados para fazeres internos ou para ações direcionadas para o público externo, para os usuários de uma biblioteca. Elas podem abarcar as atividades de uma única biblioteca ou de uma rede de bibliotecas. Por exemplo: uma política pode determinar como funciona e quais os objetivos de um serviço específico de uma biblioteca pública, de uma biblioteca escolar, ou pode estar norteadas para a coordenação de um sistema de bibliotecas

universitárias. A USP, Universidade de São Paulo, possui mais de trinta bibliotecas setoriais espalhadas pelos *campi*, incluindo os do interior do estado de São Paulo, mas todas as bibliotecas são administradas pelo *Sistema Integrado de Bibliotecas* (SIBI) da Universidade de São Paulo. Neste caso, as políticas são geradas e geridas por esse sistema e implantadas em todas as bibliotecas setoriais.

Um dos termos presentes no verbete citado merece um comentário: “p. da sociedade da informação”. O conceito e os debates sobre a Sociedade da Informação perpassarão por várias disciplinas. Não há um consenso sobre o tema, mas a sua ideia é importante para a área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, por motivos óbvios, não é mesmo?

Em um certo período, o governo brasileiro se preocupou em incluir o Brasil nos avanços sobre a informação em vários países do mundo, em especial os países desenvolvidos.

No Brasil, o marco oficial da preocupação do Governo com os desafios da sociedade da informação teve início em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que buscava lançar os alicerces e um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações. (TAKAHASHI, 2000)

Os esforços resultaram no lançamento do “Programa Sociedade da Informação” (SocInfo), uma política estratégica que era dividida em três estágios: estudos preliminares, conduzindo ao lançamento formal do programa; proposta detalhada do programa sintetizada em um Livro Verde; e ampla consulta a sociedade, culminando com o plano detalhado de execução do programa descrito em um Livro Branco. (2013, *não paginado*)

O trecho citado é de autoria de quatro pesquisadores (MOREIRA; CARVALHO; SANTOS; SANTANA). No primeiro parágrafo do trecho, é feita uma condensação do pensamento de *Takahashi*, um pesquisador do tema muito conhecido e bem envolvido com a criação do Livro Verde.

Para finalizar a conversa sobre itens dentro daquele verbete, vou direcionar nossa atenção para “p. de informação” e “p. nacional de informação.” A primeira é assim definida pelo dicionário:

p. de informação *information policy, information strategy* ARQ BIB INF INTERN plano para a provisão e acesso à informação no âmbito de uma cidade, organização, região ou país. <=> política nacional de informação.” (2008, p. 285).

A segunda é definida desta maneira:

p. nacional de informação *national information policy* ARQ BIB INF INTERN **1.** Estratégias desenvolvidas, sob a coordenação de uma agência central, para o desenvolvimento nacional dos serviços documentários e de informação. **2** ‘Conjunto de orientações ou diretrizes relativas à utilização ou divulgação de informação, tais como as respeitantes à privacidade, aos



direitos de cópia e à propriedade intelectual. A sua aplicação ao meio digital coloca novos desafios, tanto ao nível da redefinição da política como da sua aplicabilidade e do seu controlo.' (APD)." (2008, p. 286)²²

(A sigla APD ao final refere-se à *Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Glossário da sociedade da informação*. Lisboa, 2005. O dicionário valeu-se de um verbete presente no glossário da APD.)

Há políticas cujo campo de abrangência é mais restrito, mais localizado. Outras, ao contrário, abarcam espaços maiores, até mesmo, em muitos casos, o país todo.

Nos espaços menores, como um município, por exemplo, as políticas são estruturadas, quase sempre, pelas Secretarias. O mesmo se dá em relação aos estados. No âmbito federal, além de instâncias específicas, há a possibilidade de união de mais de um Ministério para concretizar políticas.

Mas, o que são as políticas públicas de informação? Para discutir o tema – e não responder a pergunta, uma vez que, como vimos, pode haver mais de um modo de entender e explicar o assunto –, vou chamar para nossa conversa, duas pessoas, a *Naira Pereira* e o *Jonathas Carvalho*.

Nessa perspectiva, entende-se aqui que as políticas públicas sociais são um dos principais instrumentos de integração entre Estado, governos e sociedade, e por isso, torna-se indispensável entender as relações entre política pública e política de informação, percebendo que as políticas de informação podem estar interpoladas no âmbito de outras políticas públicas, no caso desse trabalho, nas políticas públicas de educação. (2015, p. 7)

Os autores do trecho citado acima nos informam que as políticas de informação podem estar envolvidas, podem estar participando ou co-participando de outras políticas. Elas não precisam, necessariamente, se constituir uma política isolada. Podem, sim, caminhar dentro ou ao lado de outras políticas. Esse é um dado importante, pois nos alerta para algo que já mencionei anteriormente, ou seja, a dificuldade de definir os espaços da informação e, na mesma direção, definir as políticas específicas de informação.

Mais dois trechos do texto dos dois autores merecem destaque:

Portanto, compreende-se aqui que o termo políticas de informação pode designar ações de instituições tanto de caráter público quanto de privado, contudo o que buscamos evidenciar no termo 'política de informação' são suas ações em âmbito governamental, estabelecendo sua relação com as políticas públicas. (p. 9) [...]

Isto é, assim como as políticas públicas são desenvolvidas para serem implementadas em contextos específicos da sociedade, as políticas de informação tam-

²² A sigla APD ao final, refere-se à *Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Glossário da sociedade da informação*. Lisboa, 2005. O dicionário valeu-se de um verbete presente no glossário da APD

bém dependem dos diversos segmentos e contextos comunitários para se desenvolverem no cotidiano das pessoas, dessa forma, as políticas de informação são direcionadas e desenvolvidas para atender necessidades, suprir carências e demandas das comunidades e por isso sua manifestação está para além do aparato governamental, aliás o seu caráter público permite que seu desempenho se multiplique e se inter-relacione entre governo (interesses e metas políticas, tendo como ação concreta a política pública) e sociedade (práticas cotidianas das comunidades: construção de conhecimento e dispositivos para apropriação da informação). (2015, p. 9-10)

É preciso enfatizar que políticas de informação se traduzem em ações. Não bastam propostas redigidas, colocadas em papel e existentes apenas no campo das ideias.

Vamos lembrar algumas coisas: possuímos muitos termos que trabalham com a ideia de políticas públicas; nem todos os termos identificados são de nosso interesse; políticas de informação, internas a uma instituição, empresa, etc., são de interesse da própria instituição e fazem parte de áreas específicas da Biblioteconomia (serão estudadas em outro momento); as políticas de informação mais gerais, que atingem uma região ou o país todo, de responsabilidade de governos, são aquelas que buscamos entender e estudar.

Este momento me leva a apresentar uma instância da área da Ciência da Informação, o IBICT.

Na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação há um órgão que se preocupa com a informação e com as políticas relativas a ela. É o IBICT. “No Brasil, historicamente, a formulação e a implementação de políticas de informação em ciência e tecnologia têm estado a cabo de instituições como o IBICT, originalmente criado como órgão de difusão da informação do CNPq.” (FERNANDES, 2013, p. 214)



Curiosidade

A origem do IBICT remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação.

Por essa época, estava sendo criado, também, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, “manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica”. Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República nº 35.124, o Instituto Brasileiro de Biblio-

grafia e Documentação (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq.

Os anos 70 são marcados por uma reorganização das atividades de ciência e tecnologia no país. Registra-se a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ampliando o seu poder, transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República. Da mesma maneira que o CNPq, o IBBB passa por uma transformação, inclusive com a mudança de nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a publicação da Resolução Executiva do CNPq nº 20/76. O IBICT consolidava-se, então, como órgão que coordenaria, no Brasil, as atividades de informação em C&T.”²³

O IBICT é o órgão responsável pela implantação das políticas de informação no Brasil, em especial aquelas relacionadas às informações científicas e tecnológicas.

No próprio site do Instituto (<<http://www.ibict.br/>>), podemos encontrar algumas ações de informação desenvolvidas pelo órgão:

- a) **Informação para a sociedade** – Competência em informação, Avaliação do Ciclo de Vida (CAV), Canal Ciência, Mapa da Inclusão Digital (MID), Rede APLmineral, Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), Saberes do Cerrado;
- b) **Informação para a pesquisa** – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca do IBICT, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN), Centro Brasileiro de ISSN, Centro Brasileiro do Latindex, Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM), Diretório Luso-Brasileiro, Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr), Portal do Livro Aberto em CT&I, Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), Repositório Institucional Digital do IBICT (RIDI), Repositórios Digitais, Revistas no SEER, Rede Bibliodata;
- c) **Informação para Gestão em CT&I** – Mercado de Trabalho em C&T;
- d) **Pesquisa e Pós-Graduação** – Pesquisa em Ciência da Informação e Pós-Graduação em Ciência da Informação;
- e) **Tecnologias para Informação** – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – CARINIANA; Sistema Eletrônico de Administração de Conferências (SOAC); Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER); Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE); Sistema para Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas (BVT); Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace); Software para Gerenciamento de Tesouros (TECER)

Outros tipos de políticas de informação ficam a cargo de outros órgãos. É o caso, por exemplo, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), vinculado ao Ministério da Cultura (MinC).

²³ Para ler o histórico do IBICT na íntegra, acesse: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>>.



Curiosidade

Desde 1937, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), o Brasil vem investindo no apoio e na ampliação das bibliotecas públicas no país. No entanto, foi por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído como um órgão subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

Desde sua criação trabalha de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, respeitando o princípio federativo, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo. Sua gestão tem por premissa básica o diálogo, a transparência, a responsabilidade e o estímulo ao controle social, dentro de um modelo de gestão integrado com as Coordenações dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas.

Em 2004, por meio do Programa Livro Aberto, iniciou um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como da modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, em que perdurou o Programa Livro Aberto, foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682.

O SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), integrando o eixo 1 – democratização do acesso, seguindo, assim, as suas diretrizes.

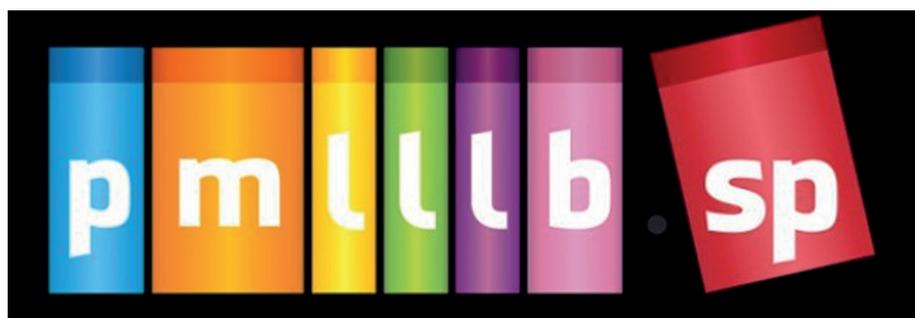
Desenvolve ações conjuntas com outros órgãos, programas e projetos na área de leitura, literatura e bibliotecas, tais como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Agentes de Leitura, entre outros e, estimula a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL. Mais informações sobre o PNLL podem ser obtidas nas obras PNLL: textos e história: 2006-2010.

As ações implementadas pelo SNBP são planejadas de acordo com as metas estabelecidas do Plano Nacional de Cultura (PNC). São 13 metas relacionadas às bibliotecas e, dentre elas, destacam-se: Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

Em 2010, juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), do MinC, lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil. Desde então, o SNBP vem trabalhando esses dados e validando as informações juntamente com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, com vistas a embasar as políticas, ações e os investimentos públicos na área de bibliotecas no país. (SNBP)²⁴

²⁴ Para ler o histórico do SNBP na íntegra, acesse: <<http://snbp.culturadigital.br/historico/>>.

Figura 10 – O Programa Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo é um dos exemplos de Política que, na sua criação, contou com a participação dos municípios.



Fonte: CEERT²⁵

Há muita coisa por se falar sobre políticas de informação. Nosso espaço, aqui, é curto, e mesmo se fosse suficiente, é preciso considerar que as políticas surgem, se modificam, esse segmento está em constante transformação. Um curso superior é sempre o primeiro passo, o início de uma vida profissional que exige de quem a abraça uma busca por novos conhecimentos, uma procura por atualização. Bom profissional é aquele que, entre outras coisas, sabe que sua educação, na área ou na vida, não tem fim. Somos seres inacabados, somos seres em construção.

As políticas públicas que contemplam bibliotecas e informação (científica e em geral) estão fincadas prioritariamente em três segmentos/setores: C&T (políticas promovidas pelo IBICT); Cultura (exemplo: SNBP) e/ou Educação (exemplo: PNBE). Há exemplos de ações integradas entre Cultura e Educação como o PNLL (<<http://www.cultura.gov.br/pnll>>).



5.4.1 Atividade

Procure textos que descrevam e discutam a proposta, no Brasil, de uma política voltada para a Sociedade da Informação – que foi conhecida como o *Livro Verde*. Veja o que foi isso, como ocorreram os debates e os motivos pelos quais as propostas não foram efetivamente implantadas. Para conhecer os trabalhos e artigos que versam sobre o tema, você pode recorrer à BRAPCI – <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/>>. Basta você digitar no campo para isso (Informe o(s) termo(s) de busca) os termos: Livro Verde; Sociedade da Informação no Brasil; ou outro termo que você achar que auxiliará na pesquisa que surgirão vários trabalhos e artigos sobre o tema publicados no Brasil e aos quais você terá acesso direto.

Resposta comentada

Mais uma vez o exercício pretendeu que você fizesse buscas, mas desta vez sobre um tema mais específico e vinculado a aspectos próprios ou de interesse da área do curso. A BRAPCI será um importante recurso para seus trabalhos e pesquisas, pois ela é uma espécie de

²⁵ CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/datas-eventos/5001/lancamento-do-site-do-gt-do-pmlllb>>. Acesso em: 13 out. 2018.

robô de busca específico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Tenho certeza de que você encontrou muitas informações sobre o Livro Verde e/ou sobre a Sociedade da Informação.



5.4.2 Atividade

Conforme as políticas discutidas/descritas nesta aula, procure agora identificar uma política nacional de informação que esteja em vigor e leia sobre ela. Depois, procure os objetivos, qual o órgão que a financia, qual o setor do conhecimento em que está inserida (por exemplo, CT&I, Cultura, Educação), e como está sendo implantada e executada.

Resposta comentada

Você deve ter reparado que ao final deste segmento da disciplina consta o seguinte: “As políticas públicas que contemplam bibliotecas e informação (científica e em geral) estão fincadas prioritariamente em três segmentos/setores: C&T (políticas promovidas pelo IBICT); Cultura (exemplo: SNBP) e/ou Educação (exemplo: PNBE). Há exemplos de ações integradas entre Cultura e Educação como o PNLL (<<http://www.cultura.gov.br/pnll>>).”

Provavelmente, seguindo esse trecho, você deve ter pesquisado sobre políticas de informação em vigor nos locais indicados, ou seja, no IBICT, no SNBP, no PNBE ou no PNLL. Mais provavelmente ainda, sua escolha recaiu no PNLL, pois era o único em que constava o link de acesso. Independentemente da opção, você viu como se estrutura uma política nacional de informação, em especial a partir de leis ou normalizações para sua implantação. Durante sua vida profissional, em várias oportunidades, você terá que lidar com essas políticas. Conhecer ao menos uma delas lhe dará base para entender outras políticas semelhantes.

5.5 RESUMO

As políticas de informação fazem parte das políticas públicas de um país. Os governos possuem políticas para nortear suas ações em áreas que lhes são próprias. O governo tem a finalidade de administrar o Estado. Quando do período de eleições, os candidatos apresentam suas plataformas políticas em que estão incluídas suas concepções políticas gerais e as propostas específicas voltadas para cada uma das áreas que

demandam atenção e ações dos que administram o Estado. Entre essas áreas está a informação.

Há políticas públicas de governo e políticas públicas de Estado. É possível distinguir as políticas em explícitas e implícitas. A palavra “informação” torna difícil determinar qual o tipo exato de políticas que são abrangidas pelo termo. Como a palavra “informação” é polissêmica, políticas de várias áreas podem ser incluídas entre a ideia de políticas de Informação.

A discussão sobre políticas de informação traz em seu bojo uma série de nuances teóricas, uma grande quantidade de segmentos, de qualificações, de entendimentos etc.

As políticas próprias de uma biblioteca apontam para normas, diretrizes, estruturas de serviços voltados para fazeres internos ou para ações direcionadas para o público externo, para os usuários de uma biblioteca. Elas podem abarcar as atividades de uma única biblioteca ou de uma rede de bibliotecas.

As políticas de informação podem estar envolvidas, podem estar participando ou coparticipando de outras políticas. Elas não precisam, necessariamente, se constituir uma política isolada.

Políticas de informação se traduzem em ações. Não bastam propostas redigidas, colocadas em papel e existentes apenas no campo das ideias.

Na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o IBICT – *Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica* é o órgão que se preocupa com a informação e com as políticas relativas a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este material didático, ao terminarmos, eu e você, esta trajetória parcial do curso de Biblioteconomia, vale lembrar alguns pontos importantes que foram apresentados ou surgindo pelo caminho.

Um ponto que deve ser destacado é que o nosso conhecimento é construído individualmente, mas sempre na relação com o mundo. Assim, somos dependentes dos outros, não nos bastamos. O nosso conhecimento também é dependente do mundo e dos outros. Além disso, somos seres inacabados, em construção. Da mesma maneira, o conhecimento humano é inacabado, em constante construção.

O segundo ponto que desejo enfatizar é que, assim como nós somos dependentes da relação com o mundo, a biblioteca também o é. A biblioteca não se constitui sozinha, ela é produto da relação com a sociedade. Espero que você se recorde de que somos – eu, você e a própria biblioteca – objetos e sujeitos do mundo. Ao mesmo tempo que sofremos interferências, nós também interferimos. Não somos neutros.

Biblioteca e sociedade se misturam, se embaralham, se mesclam e formam um todo.

Num dos objetivos da segunda parte deste livro, consta: “Conhecer as interlocuções e articulações históricas entre conhecimento, biblioteca e Biblioteconomia”. Aproveito esse objetivo para in-

cluir a Biblioteconomia nestas considerações finais. Você está se preparando para ser um profissional bibliotecário e trabalhar no âmbito da Biblioteconomia. Ela o acompanhará por toda a vida, espero. A partir de agora, você olhará a Biblioteconomia com outros olhos. Notícias sobre a área, sobre bibliotecas, bibliotecários, informação, etc terão outro significado para você. Assim, convém não esquecer que nós não existimos sozinhos, somos dependentes da sociedade e a Biblioteconomia é uma área interdisciplinar, ou seja, possui uma relação próxima com algumas áreas do conhecimento humano e muito mais próxima com outras. Em nossa atividade profissional, não podemos nos ater apenas aos conhecimentos que nos dá a Biblioteconomia. Precisamos buscar sustentação teórica e prática em outras áreas também.

Outro ponto importante que não posso deixar de mencionar é que muitos dos termos com os quais trabalhamos, estudamos, pesquisamos, etc possuem muitos significados, ou seja, são polissêmicos. “Informação” é um desses termos. Outro, tão importante quanto ele, é “cultura.” Poderia incluir muitos outros, mas tenho certeza de que você percebeu e perceberá daqui para a frente com maior clareza todos os termos que possuem dois ou mais significados. Tenho certeza também de que você entendeu que essa polissemia é ruim sob certos aspectos, mas sob muitos outros ela é boa, pois nos leva a debates e discussões que promovem o desenvolvimento da Biblioteconomia.

Não podemos nos esquecer (desculpe o emprego deste termo) também da relação entre a memória, o patrimônio e a Biblioteconomia. Tanto a memória como o patrimônio são de grande interesse para nossa área.

O último segmento da disciplina é o relativo às políticas de informação. É possível que você um dia venha a trabalhar em órgãos públicos onde lidará, com certeza, com essas políticas. Não só as de caráter interno, como as de caráter externo, voltadas para o público em geral, para a sociedade.

Terminado esta disciplina, percebemos como nossa área, a Biblioteconomia, é abrangente, interferindo em várias outras áreas e se valendo de outras tantas para se concretizar e servir, com responsabilidade e ética, nossa sociedade. E, vale lembrar, esta é apenas uma das disciplinas do curso. Eu lhe asseguro que você verá muita coisa importante durante sua formação profissional.

Finalizando, cumpre-me alertá-lo novamente de que essa formação profissional não se esgota nas disciplinas, no curso, ela nos acompanha durante toda a vida.

Espero encontrá-lo ou encontrá-la nos eventos da área, nas ações que os setores do *Movimento Associativo Bibliotecário* promovem ou, quem sabe, lendo e aprendendo com textos que você produzirá.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Glossário da sociedade da informação**. Lisboa: APD, 2005.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p.

BAGNO, M. Uma escola que produz analfabetos. **Caros Amigos**, v. 21, n. 245, p. 6, jul. 2017.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARRETO, A. M. **Memória e leitura**: as categorias da produção de sentidos. Salvador: EDUFBA, 2006. 192 p.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan.1968.

CALDAS, W. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1986.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383 p.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2012.

FERNANDES, J. H. C. Os domínios de poder e a formulação de políticas públicas de informação e comunicação. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 2, p. 210-231, maio/ago. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

GATTAI, Z. **Códigos de família**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 160 p.

GAUZ, V. O super papel. **OFAJ**, Marília, fev. 2017.
Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1039>. Acesso em: 13 out. 2018.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255 p.

HALBWACHAS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 115 p.

LOPIS, E. A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017.

MAN, J. **A revolução de Gutenberg**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 318 p.

MOREIRA, F. M. et al. Estratégias e políticas públicas de informação para inclusão de agricultores familiares na sociedade da informação. In: **Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória - CTCM, 2013**. Recife: UFPE, 2013.
Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/estrategias-e-politicas-publicas-de-informacao-para-inclusao-de-agricultores-familiares.pdf>>.
Acesso em: 06 maio 2017.

MURGUIA, E. I. Apresentação. In: MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. 136 p.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

PAIVA, M. R. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 296 p.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2011. 116 p.

PEREIRA, N. M. A.; SILVA, J. L. C. Políticas públicas de informação no contexto da inclusão e gestão da informação: uma análise sobre as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte – CE. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 06-41, jan./abr. 2015.

PIRES, V. L. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon**, v. 16, n. 32/33, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29782/18403>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 27-38, jul./dez. 1975.

SILVEIRA, F. da; REIS, A. dos R. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade**, v. 21, n. 1, p.37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SOUSA, R. G. Criacionismo. **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/criacionismo.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SOUSA, R. G.; ARAGUAIA, M. Teoria da evolução. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/evolucionismo.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SPINA, G. L.; SERRATTO, E. B. F. Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 3, p. 99-116, 2015.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE, 2007.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (Org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016. 353 p.



Sugestão de Leitura



BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 241 p.

MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.



Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85229-51-1



9 788585 229511

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85229-50-4



9 788585 229504